



Plano de Manejo

Anexo VII - Relatório Temático do Diagnóstico Socioeconômico

Responsável Técnico:
Guilherme Pinto de Araújo
Sociólogo, M.Sc

Florianópolis, dezembro de 2010



Secretaria de Estado do
Desenvolvimento Econômico
Sustentável



Consultoria Permanente



Elaboração



SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	6
2.1	A criação dos municípios de Orleans e Grão-Pará.....	7
2.2	A região sul catarinense e a indústria carbonífera.....	8
3	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	9
3.1	Indicadores de Desenvolvimento	9
3.2	Dinâmica Demográfica	18
4	ASPECTOS ECONÔMICOS	29
4.1	Caracterização da estrutura fundiária e uso da terra.....	36
4.1.1	Utilização das terras.....	41
5	Contribuição das observações de campo	47
5.1	Percepção dos atores locais em relação ao Parque Estadual da Serra Furada	48
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.2-I: Variação (%) IDH, 1991-2000	11
Figura 1.2-II: Variação (%) IDH Renda, 1991-2000.....	11
Figura 1.2-III: Variação (%) IDH Longevidade, 1991-2000.....	11
Figura 1.2-IV: Variação (%) IDH Educação, 1991-2000.....	11
Figura 1.2-V: Variação (%) da esperança de vida ao nascer entre 1991 e 2000.....	12
Figura 1.2-VI: Esperança de vida ao nascer, 2000	12
Figura 1.2-VII: Variação (%) mortalidade infantil entre 1991-2000.....	13
Figura 1.2-VIII: Mortalidade até cinco anos de idade, 2000	13
Figura 1.2-X: Variação (%) da Renda per capita, 1991-2000.....	14
Figura 1.2-XI: Renda per capita, 2000.....	14
Figura 1.2-XII: Variação (%) taxa de alfabetização, 1991-2000	15
Figura 1.2-XIII: Crescimento Populacional de Santa Catarina, 1980,1991 e 2000	18
Figura 1.2-IX: Variação (%) população censitária, 2000 - 2007	19
Figura 1.2-X: Variação (%) população rural 1991-2000	20
Figura 1.2-XI: Variação (%) população urbana 1991-2000	20
Figura 1.2-XII: Distribuição percentual segundo sexo, Grão-Pará, 2000	21
Figura 1.2-XIII: Distribuição percentual segundo sexo, Orleans, 2000	21
Figura 1.2-XV: Pop. segundo faixa-etária, Grão-Pará, 2000.....	22
Figura 1.2-XIV: Pop. segundo faixa-etária, Orleans, 2000	22
Figura 1.2-XVI: Porcentagem das faixas etárias das pessoas da família do produtor rural que migraram dos estabelecimentos agropecuários para centros urbanos nos últimos 3 anos, Grão-Pará, 2002-2003	24
Figura 1.2-XVII: Porcentagem das faixas etárias das pessoas da família do produtor rural que migraram dos estabelecimentos agropecuários para centros urbanos nos últimos 3 anos, Orleans, 2002-2003	24
Figura 1.2-XVIII: Porcentagem, segundo sexo, de pessoas da família do produtor rural que migraram dos estabelecimentos agropecuários para centros urbanos nos últimos 3 anos, Grão-Pará, 2002-2003	25
Figura 1.2-XIX: Porcentagem, segundo sexo, de pessoas da família do produtor rural que migraram dos estabelecimentos agropecuários para centros urbanos nos últimos 3 anos, Orleans, 2002-2003	25
Figura 1.2-XXI: Porcentagem do número de pessoas que migraram nos últimos 3 anos, segundo o motivo, Orleans, 2002-2003.....	28
Figura 1.2-XX: Porcentagem do número de pessoas que migraram nos últimos 3 anos, segundo o motivo, Grão-Pará, 2002-2003	28
Figura 1.3-I: Participação dos setores econômicos no VAB – Valor Adicionado Bruto, 2006.....	30
Figura 1.3-II: Distribuição (%) dos empregados por setor, Grão-Pará, 2006	34
Figura 1.3-III: Distribuição (%) dos empregados por setor, Orleans, 2006	34
Figura 1.3-IV: Variação (%) PIB, 2002-2005	35

Figura 1.4-II: Estabelecimentos (%) por grupo de área, Orleans, 2003	38
Figura 1.4-I: Estabelecimentos (%) por grupo de área, Grão-Pará, 2003	38
Figura 1.4-III: Área (%) segundo a condição da posse da terra, Grão-Pará, 2003	39
Figura 1.4-IV: Área (%) segundo a condição da posse da terra, Orleans, 2003	40
Figura 1.4-V: Pessoal ocupado (%) segundo laços de parentesco, Grão-Pará, 2006	40
Figura 1.4-VI: Pessoal ocupado (%) segundo laços de parentesco, Orleans, 2006	41
Figura 1.4-VII: Área (%) segundo utilização da terra, 2003.....	42
Figura 1.4-VIII: Variação percentual da produção de leite de vaca entre 2000-2007	44
Figura 1.4-IX: Variação percentual da produção de mel entre 2000-2007	45
Figura 1.4-X: Variação percentual da produção de ovos de galinha entre 2000-2007	45
Figura 1.4-XI: Variação (%) da quantidade produzida de Lenha, 2000-2006	46
Figura 1.4-XII: Variação (%) da quantidade produzida de Madeira em Tora (m3), 2000-2006.....	46
Figura 1.4-XIII: Variação (%) da quantidade produzida de Carvão Vegetal (Tonelada), 2000-2006.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.2-I: Índice de Desenvolvimento Humano – Brasil e Santa Catarina – 1991 – 2000.....	9
Tabela 1.2-II: Índice de Desenvolvimento Humano, 1991-2000.....	10
Tabela 1.2-III: Subíndice de longevidade, 1991-2000	12
Tabela 1.2-IV: Mortalidade infantil, 1991-2000	13
Tabela 1.2-V: Renda per capita, 1991-2000.....	14
Tabela 1.2-VI: Subíndice educação, 1991-2000	15
Tabela 1.2-VII: Analfabetismo funcional por faixa-etária, 1991-2000.....	17
Tabela 1.2-VIII: População residente por situação de domicílios no Estado de Santa Catarina – 1980, 1991 e 2000	18
Tabela 1.2-IX: População censitária, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2007	19
Tabela 1.2-X: População rural, 1991-2000.....	19
Tabela 1.2-XI: População urbana, 1991-2000.....	20
Tabela 1.2-XII: População total e sua respectiva distribuição percentual, por sexo e situação do domicílio, proporção de pessoas naturais dos municípios, 2000.....	21
Tabela 1.2-XIII: População residente por grupos de idade (%), 2000.....	22
Tabela 1.2-XIV: Número de pessoas da família do produtor rural que migraram dos estabelecimentos agropecuários para centros urbanos, segundo a faixa etária, nos últimos 3 anos - 2002-2003	23
Tabela 1.2-XV: Número de pessoas da família do produtor rural que migraram dos estabelecimentos agropecuários para centros urbanos, segundo o sexo, nos últimos 3 anos 2002-2003.....	25

Tabela 1.2-XVI: Número de pessoas da família do produtor rural que migraram dos estabelecimentos agropecuários para centros urbanos nos últimos 3 anos, segundo o motivo da evasão, 2002-2003	27
Tabela 1.3-I: Participação dos setores econômicos no VAB – Valor Adicionado Bruto, 2002-2006.....	30
Tabela 1.3-II: Número de empregados segundo os setores econômicos, 2004-2006	33
Tabela 1.3-III: Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, 2002-2005.....	35
Tabela 1.3-IV: Produto Interno Bruto per capita, 2002-2005.....	35
Tabela 1.4-I: Número de estabelecimentos agropecuários, segundo os estratos de área e por abrangência geográfica, 2003	38
Tabela 1.4-II: Área total dos estabelecimentos agropecuários, segundo a condição da posse da terra, 2003.....	39
Tabela 1.4-III: Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, segundo laços de parentesco, 2006	40
Tabela 1.4-IV: Área total dos estabelecimentos agropecuários, segundo a utilização da terra, 2003.	42
Tabela 1.4-V: Produção de fumo, 2000 – 2007	43
Tabela 1.4-VI: Produção de origem animal dos estabelecimentos agropecuário, 2000 – 2007	44
Tabela 1.4-VII: Quantidade produzida na silvicultura, 2000-2006.....	46

1 INTRODUÇÃO

Este documento tem por objetivo apresentar o contexto socioeconômico da região do Parque Estadual da Serra Furada. Ele integra o conjunto de trabalhos que vão subsidiar o Plano de Manejo do Parque. É composto por duas partes complementares e inter-relacionadas: a primeira traça o contexto socioeconômico regional onde o Parque se insere, a partir da caracterização dos municípios de Orleans e Grão-Pará; a segunda parte apresenta o entorno imediato da unidade de conservação.

Na primeira parte, apresenta-se, de forma sucinta, a história de ocupação da região do Parque. Busca-se caracterizar as condições socioeconômicas no presente, tomando como referência dados secundários disponíveis e atualizados. Dentre eles, aborda-se a situação dos indicadores sociais e econômicos, sumarizados no IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), a dinâmica demográfica e a situação educacional da população, a estrutura produtiva e de emprego, bem como as características fundiárias e de uso da terra.

Na segunda parte do trabalho qualifica-se o diagnóstico socioeconômico a partir da análise das informações oriundas da pesquisa de campo, de forma a identificar a percepção dos atores entrevistados sobre o Parque.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O Parque Estadual da Serra Furada se situa na região sul do estado de Santa Catarina. Historicamente, os primeiros habitantes foram as populações indígenas, descendentes dos povos de língua Jê e também dos tupi-guaranis. A partir de meados do século XVIII foram intensificados os contatos com os brancos, que iniciavam o processo de ocupação daquele território.

Por volta de 1770, a região foi doada para o Capitão João da Costa Moreira, na forma de duas sesmarias, pois ganhava importância como local de trânsito entre a parte serrana e a do litoral. O então lugar conhecido como Paragem do Poço Grande, atual município de Tubarão, era um ponto de parada para os tropeiros que desciam a serra com mulas carregadas de queijo, charque e outros produtos. A carga era trocada ou negociada por outros produtos, como o sal, peixe seco, farinhas e tecidos transportados pelos navios que partiam do porto de Laguna, completando assim a rota Lages - Porto de Laguna.

Cem anos depois, em maio de 1870, foi sancionada a lei que criou o município de Tubarão, território desmembrado de Laguna, o qual deu origem mais tarde aos municípios de Orleans e Grão-Pará, onde se situa o Parque Estadual da Serra Furada.

A região que já vinha sendo ocupada pelos vicentistas, portugueses vindos da região de São Paulo e também por imigrantes trazidos das Ilhas dos Açores, desde o final do século XVIII, passou a receber levas de imigrantes europeus. Como a população açoriana preferencialmente se estabelecia na região litorânea, ali desenvolvendo as atividades ligadas ao mar, havia a necessidade de ocupar as terras interioranas. Diante de tal condição, o Governo Brasileiro estimulou o ingresso de imigrantes europeus no país.

A chegada dos imigrantes na região Sul de Santa Catarina está relacionada ao movimento migratório de europeus para várias partes do mundo, principalmente para as Américas, fugindo das precárias condições de vida na Europa. Desde meados do século XIX, o Brasil desenvolveu uma política de incentivo à imigração dos europeus, favorecendo o fluxo migratório de alemães, poloneses e italianos, especialmente para a região sul do país. Tal política se intensificou na última década daquele século, em decorrência das dificuldades de obtenção de mão de obra para os trabalhos na lavoura e em outras atividades, após a abolição da escravidão.

Em Santa Catarina, os principais fluxos migratórios foram de alemães e italianos, em diferentes períodos do processo de colonização. Os primeiros imigrantes alemães foram instalados na Colônia de São Pedro de Alcântara, em 1829, nas proximidades da Ilha de Santa Catarina, e os primeiros italianos chegaram em 1836, vindos da Ilha da Sardenha, para a Colônia Nova Itália (atual município de São João Batista) no vale do Rio Tijucas.

Para a região sul de Santa Catarina, os primeiros italianos vieram da região do Vêneto, em 1888, e foram instalados em algumas colônias no território do município de Tubarão, as quais, mais tarde, se tornaram municípios emancipados, como Nova Veneza e Pedra Grande. Entretanto, os alemães que desceram para a região mais ao sul catarinense eram descendentes dos primeiros imigrantes, formando novas colônias nos atuais municípios de Braço do Norte, São Ludgero, Capivari, Forquilha, na região em torno dos municípios onde se situa o Parque da Serra Furada.

Foram os imigrantes que passaram a trabalhar a terra, uma vez que a maior parte deles conhecia a lida com a lavoura em seus países de origem. Entretanto, foram inúmeros os obstáculos que enfrentaram para garantir a sobrevivência, desde as relações pouco amistosas com os povos indígenas, como o desconhecimento sobre as condições naturais, a falta de recursos materiais, entre outros.

Com o decorrer do tempo, a população foi se misturando, muito embora grande parte da população indígena tenha sido dizimada. No entanto, foram incorporadas muitas das suas práticas no trato com a terra, bem como o aprendizado no cultivo de espécies não conhecidas dos europeus. De outro lado, os imigrantes trouxeram conhecimentos de processos de beneficiamento e de industrialização. Eles continuam a contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região, além do patrimônio cultural expresso na arquitetura, na música, no folclore, na língua e na gastronomia.

2.1 A criação dos municípios de Orleans e Grão-Pará

A criação dos municípios onde se situa o Parque Estadual da Serra Furada se insere no contexto do processo de ocupação da região e da descoberta do minério de carvão ali existente.

Em meados do século XVIII, os tropeiros vindos da serra catarinense em direção ao litoral descobriram a existência do carvão na então região de Tubarão. A descoberta do minério interessou sobremaneira ao Governo Imperial, que passou a enviar várias expedições à região com a finalidade de estudar a qualidade e a viabilidade econômica do carvão da região sul catarinense. Em 1841, vários estudos geológicos passaram a ser feitos na bacia carbonífera da região sul do país. Na época, constatou-se a existência de carvão mineral em extensa área e em grande quantidade, principalmente na zona do atual município de Lauro Müller.

Em 1861, o Governo Imperial realizou um contrato com o Visconde de Taunay, concedendo-lhe o direito de posse de duas léguas de terra para exploração do minério. Na mesma época ocorria o casamento da princesa Dona Isabel com o Conde D'Eu (Príncipe de Orleans), a qual recebeu como dote de seus pais, o Imperador Dom Pedro II e a Imperatriz Dona Teresa Cristina, um lote de terra de 98 léguas, tendo escolhido uma área no vale do Rio Tubarão, em decorrência da descoberta de carvão mineral no lugar. As terras abrangiam os atuais municípios de Orleans, parte de São Ludgero, Grão-Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, parte de Anitápolis, Armazém, São Martinho e São Bonifácio.

A partir de uma sociedade entre o Visconde e o Príncipe de Orleans (Conde D'Eu, foi fundada e oficializada a Empresa de Terras e Colonização de Grão Pará S/A., em 1882, na área que mais tarde veio a ser a cidade de Grão-Pará. O objetivo foi promover o povoamento e a colonização da região. Os primeiros lotes de terra foram vendidos em 1883

e, devido às facilidades concedidas por aquela empresa, grande número de imigrantes - principalmente italianos, alemães e poloneses - afluíram para o município.

Na mesma época também estava sendo construída uma ferrovia ligando a região carbonífera com o porto de Laguna para dar escoamento à produção que se iniciava. A estrada de ferro, que recebeu o nome de Teresa Cristina em homenagem à Imperatriz, foi construída principalmente com a mão de obra dos imigrantes recém-chegados à região.

Em 1884, foi criada a localidade de Orleans, cujo nome foi escolhido pelo próprio Conde D'Eu em homenagem à sua família, de nobres franceses, quando viajava pela estrada de ferro. No ano seguinte, a Empresa de Terras e Colonização foi transferida para a atual cidade de Orleans e, em 1886, a nova cidade foi considerada uma freguesia¹. Porém, só foi desmembrada de Tubarão e se tornou município em 1913.

O atual município de Grão-Pará tornou-se distrito de Orleans em 1914 e, somente em 1958, foi elevado à categoria de município. O seu nome decorre de uma homenagem dos proprietários da Empresa de Terras e Colonização S/A. ao filho do Príncipe Gastão de Orleans, Conde D'Eu, denominado Dom Pedro de Alcântara - Príncipe de Grão-Pará, genitor do herdeiro da coroa Imperial do Brasil - Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança, residente no Palácio Grão Pará, na cidade de Petrópolis.

2.2 A região sul catarinense e a indústria carbonífera

A história da exploração do carvão na região sul catarinense converge com a dinâmica de ocupação inicial daquele território, uma vez que o mineral foi descoberto em 1822 por tropeiros que desciam a Serra do Rio do Rastro rumo à Laguna. Após esta descoberta, várias expedições foram enviadas à região com a finalidade de estudar a qualidade e a viabilidade econômica do carvão sul catarinense. Muitas tentativas de exploração foram feitas até que, em 1876, Felisberto Caldeira Brant, Visconde de Barbacena, deu início ao trabalho de mineração. Problemas de distância entre a mina e os escoadouros surgiram e, em 1880, o Governo Imperial autorizou a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina.

Por ocasião da 2ª Guerra Mundial houve restrições à importação do carvão, gerando uma maior procura pelo mineral, o que representou o marco para o aumento da extração em Santa Catarina. Surgiram então usinas de beneficiamento, termelétricas e a produção de “coque” nas regiões de Lauro Müller, Criciúma e Urussanga. Com o fim da Guerra ocorreu a mecanização das minas e a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que operou e regulou a extração do mineral entre os anos de 1940 e 1980, expandindo sobremaneira o mercado metalúrgico de produção do carvão (CASSEMIRO, 2004).

Na fase do pós-guerra, houve intenso apoio do governo, que ampliou os mercados para o uso do carvão, como a implantação do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, no município de Tubarão, além da iniciativa de aproveitamento dos rejeitos piritosos oriundos do beneficiamento do carvão, com a construção das cidades de Criciúma e Imbituba.

No entanto, em 1990, por meio da Portaria Federal nº. 801, o governo suspendeu todos os subsídios ao carvão, não interferindo mais em sua exploração e comercialização, pois o mineral tinha o óleo diesel como concorrente. Com esta decisão, restaram dois tipos de carvões energéticos: o “CE4500”, utilizado no complexo termelétrico da Gerasul, em Tubarão, e o “CE5200”, destinado às indústrias que necessitavam de calor, como as indústrias de cimento (Idem).

¹ Nas províncias e cidades de Portugal, a menor divisão administrativa.

Com a maciça exploração sem os cuidados necessários à preservação do meio ambiente entre 1970 e 1990, a extração do carvão gerou grande acúmulo de resíduos em toda a Região Carbonífera no Sul do Estado de Santa Catarina. Em função disto, o Decreto Federal nº. 86206/80 enquadrava a Região Sul de Santa Catarina como a 14ª Área Crítica Nacional para efeito de controle da degradação ambiental, pois há aproximadamente 5.000 hectares de área degradada pelo carvão (CASSEMIRO, 2004).

Com isso, os municípios que desenvolveram a mineração de carvão geralmente apresentam alto índice de poluição, tendo grande parte de sua área degradada pela atividade de mineração, notadamente pelo processo de extração a céu aberto; além do comprometimento de seus cursos d'água em função dos resíduos da extração (PBDEE, 1997). Além disso, o ciclo do carvão interrompeu prematuramente a vocação agrícola dos municípios dessa região e, portanto, após seu declínio, houve escassez em termos de opções produtivas, piorando em muito a crise socioeconômica que essas comunidades atravessavam.

3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

3.1 Indicadores de Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Humano é um indicador utilizado com o propósito de evidenciar as condições de desenvolvimento socioeconômico de um país, estado e/ou município. Ele permite que se verifique o grau de desigualdade entre unidades político-administrativas, auxiliando na gestão de políticas públicas. O IDH-M é o índice que evidencia o desenvolvimento humano entre os municípios².

Santa Catarina se destaca entre os estados brasileiros no *ranking* do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano³. Tal indicador, criado e utilizado pela ONU desde o início de 1990, tem o propósito de medir não só aspectos econômicos, mas também sociais. Para tanto, faz-se uma composição entre índice de renda, longevidade, pela expectativa de vida ao nascer, e educação, considerando o índice de analfabetismo e a taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. No cálculo do IDH, as três dimensões têm a mesma importância.

No início da década 1990, Santa Catarina alcançou o índice de IDH de 0,748, colocando o Estado na 5ª posição dentre os demais do país, situação que o classificava no nível de “médio desenvolvimento”. Uma década depois, em 2000, as condições estaduais melhoraram, sendo que o índice passou para 0,822, acima da média nacional (0,766), colocando o Estado na 2ª posição no *ranking* nacional (**Ver Anexo 01**).

Tabela 1.2-I: Índice de Desenvolvimento Humano – Brasil e Santa Catarina – 1991 – 2000

País / Estado	IDH 1991	IDH 2000	Posição Relativa 1991	Posição Relativa 2000
---------------	-------------	-------------	-----------------------------	-----------------------------

² O IDH-M que se refere aos municípios, sua metodologia se fundamenta no estudo comparado entre municípios, onde aquele com melhor desempenho dos fatores recebe o valor máximo (1) e o pior, o valor mínimo (0). Os municípios intermediários são então intercalados entre estes valores, de acordo com seu valor relativo apresentado no indicador. Os municípios podem ser classificados em três níveis no IDH: 0,000 a 0,500 (baixo desenvolvimento); 0,501 a 0,799 (médio desenvolvimento); e 0,800 a 1,000 (alto desenvolvimento). (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD, 2000).

³ A metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano se fundamenta no estudo comparado, onde o município com melhor desempenho no indicador é contemplado com o valor máximo (1) e o pior com o valor mínimo (0). Os municípios intermediários são então intercalados entre estes valores, de acordo com seu valor relativo apresentado no indicador. Os municípios podem ser classificados em três níveis no IDH: 0,000 a 0,500 (baixo desenvolvimento); 0,501 a 0,799 (médio desenvolvimento); e 0,800 a 1,000 (alto desenvolvimento). (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD, 2000).

Brasil	0,696	0,766	-	-
Santa Catarina	0,748	0,822	5º	2º

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD, 2000

Entretanto, a condição de Santa Catarina não necessariamente resulta em que o conjunto de seus municípios também se encontre com o mesmo índice de desenvolvimento. Dentre os municípios da área de abrangência de estudos do Parque Estadual da Serra Furada, os dois municípios - Orleans e Grão-Pará - praticamente se equiparam aos índices da média estadual e das SDRs às quais pertencem tanto em 1991 como em 2000.

Cabe destacar que os indicadores referentes à renda e à longevidade de ambos os municípios os coloca em uma situação mais privilegiada do que a média estadual e das regiões onde se encontram. Entretanto, percebe-se que, com relação ao indicador relativo à educação, os dois municípios se encontram abaixo da média do Estado e também de suas regiões, condição que merece atenção e melhor investigação. Porém, no conjunto, os dois municípios podem ser classificados na categoria alto desenvolvimento diante dos indicadores apresentados. (**Figuras 1.2-I a 1.2-IV**).

Tabela 1.2-II: Índice de Desenvolvimento Humano, 1991-2000

Área de abrangência	IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000	IDHM-Longevidade, 1991	IDHM-Longevidade, 2000	IDHM-Educação, 1991	IDHM-Educação, 2000
Brasil	0,696	0,766	0,681	0,723	0,662	0,727	0,745	0,849
Santa Catarina	0,748	0,822	0,682	0,750	0,753	0,811	0,808	0,906
SDR-Criciúma	0,737	0,811	0,647	0,722	0,763	0,814	0,803	0,897
SDR-Braço do Norte	0,730	0,818	0,622	0,728	0,784	0,834	0,786	0,892
Grão-Pará	0,739	0,826	0,739	0,826	0,768	0,833	0,768	0,833
Orleans	0,736	0,814	0,638	0,717	0,795	0,836	0,795	0,836

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD, 2000.

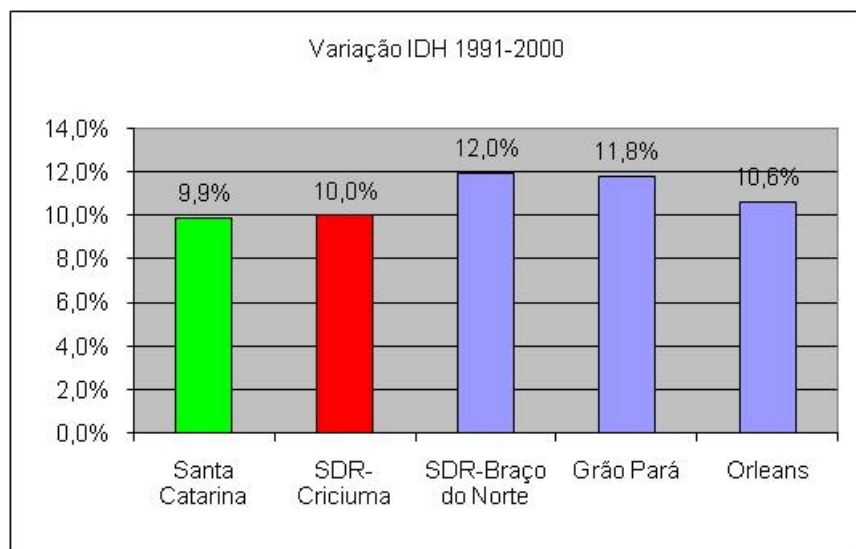


Figura 1.2-I: Variação (%) IDH, 1991-2000

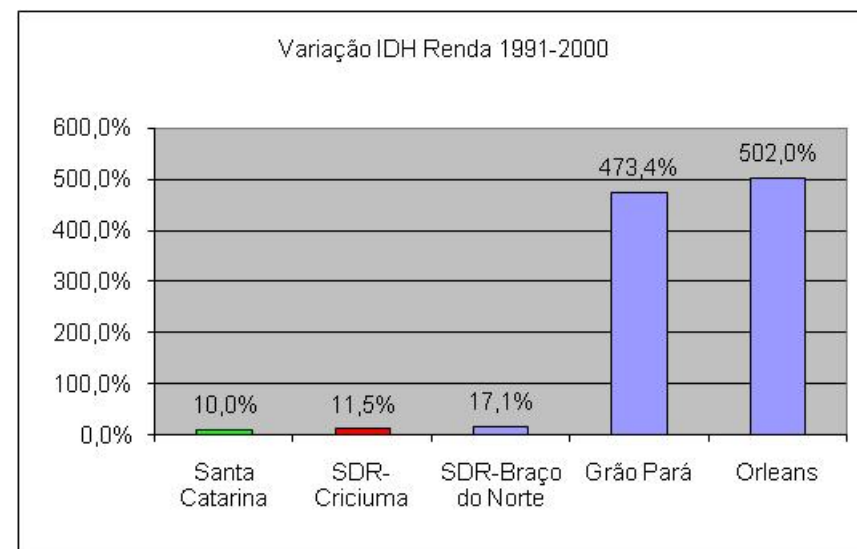


Figura 1.2-II: Variação (%) IDH Renda, 1991-2000.

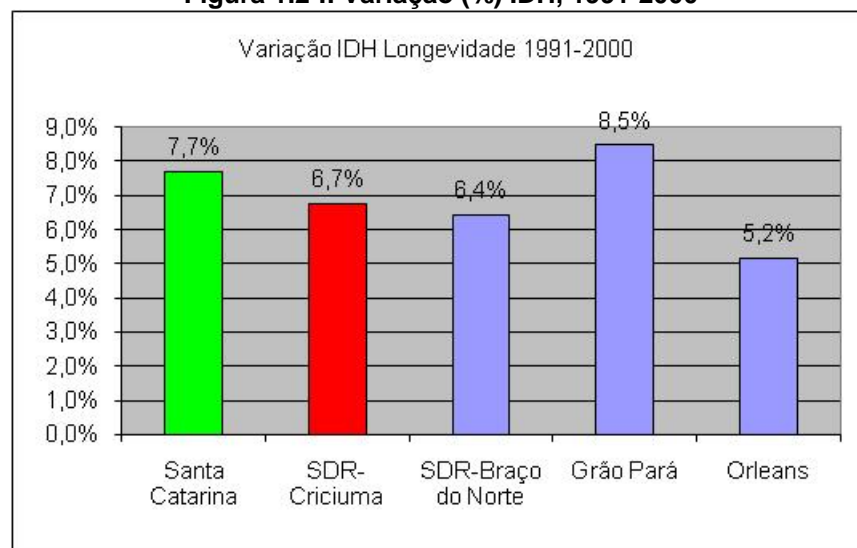


Figura 1.2-III: Variação (%) IDH Longevidade, 1991-2000

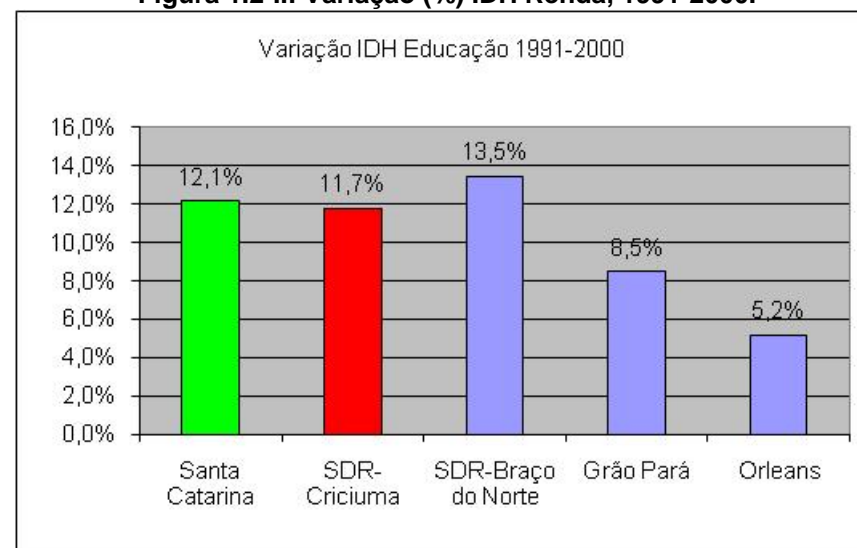


Figura 1.2-IV: Variação (%) IDH Educação, 1991-2000

No que se refere à esperança de vida ao nascer, segundo a **Tabela 1.2-III** e a **Figura 1.2-V**, entre 1991 e 2000, Grão-Pará obteve um crescimento de 5,4% neste índice, superior a Orleans, embora este município também apresente uma taxa mais elevada de longevidade no ano de 2000, crescendo 3,4%. Verifica-se na **Figura 1.2-VI** que, no ano de 2000, os dois municípios possuíam índices superiores ao registrado nos níveis estadual e nacional.

Tabela 1.2-III: Subíndice de longevidade, 1991-2000

Área de abrangência	Esperança de vida ao nascer, 1991	Esperança de vida ao nascer, 2000	Variação
Brasil	64,73	68,61	6,0%
Santa Catarina	70,16	73,69	5,0%
Grão-Pará	71,09	74,96	5,4%
Orleans	72,68	75,17	3,4%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD, 2000.

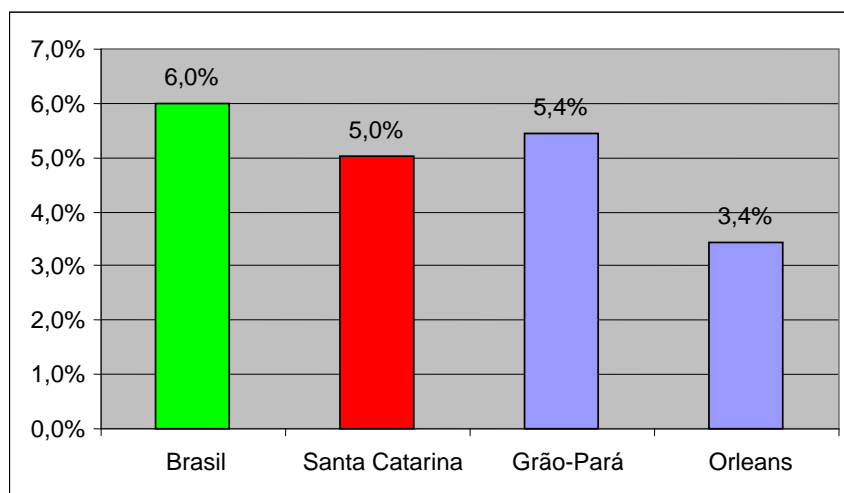


Figura 1.2-V: Variação (%) da esperança de vida ao nascer entre 1991 e 2000

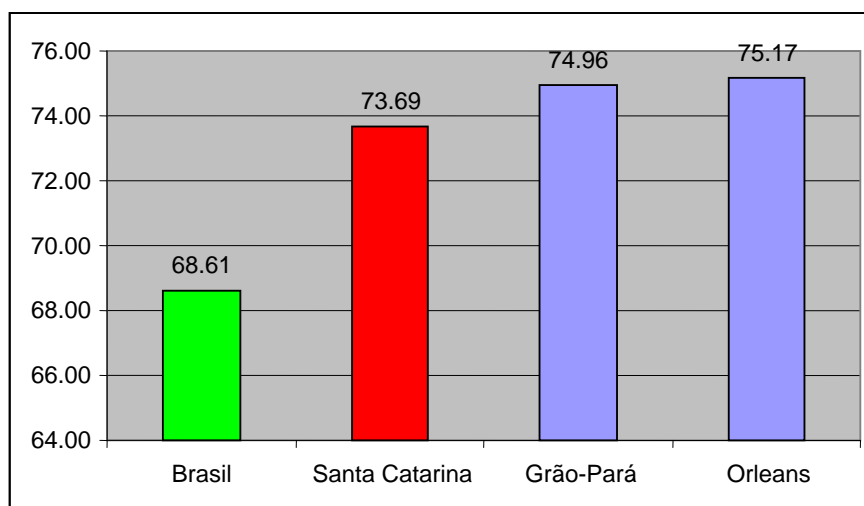


Figura 1.2-VI: Esperança de vida ao nascer, 2000

Outro dado importante, que se soma ao anterior, é a diminuição da mortalidade infantil no mesmo período, sendo que os municípios de Grão-Pará e Orleans apresentaram uma diminuição percentual tão significativa quanto à registrada em nível nacional e

estadual (**Tabela 1.2-IV e Figura 1.2-VII**). Verifica-se, segundo a **Figura 1.2-VIII**, que a mortalidade infantil até os cinco anos apresenta-se mais baixa nos dois municípios em comparação ao registrado em nível estadual e nacional.

Tabela 1.2-IV: Mortalidade infantil, 1991-2000

Área de abrangência	Mortalidade até cinco anos de idade, 1991	Mortalidade até cinco anos de idade, 2000
Brasil	59,48	39,32
Santa Catarina	25,11	16,80
Grão-Pará	22,14	13,68
Orleans	18,18	13,24

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD, 2000.

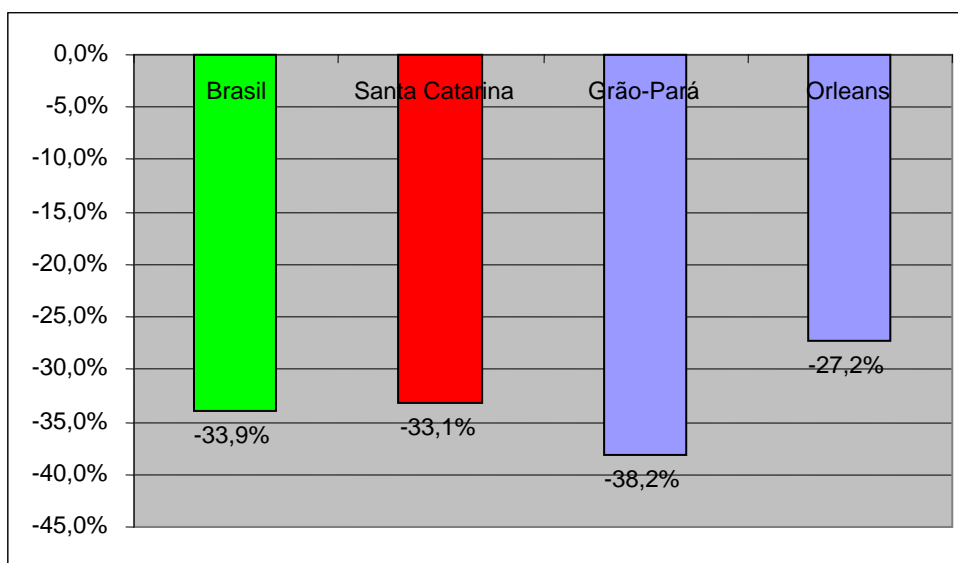


Figura 1.2-VII: Variação (%) mortalidade infantil entre 1991-2000

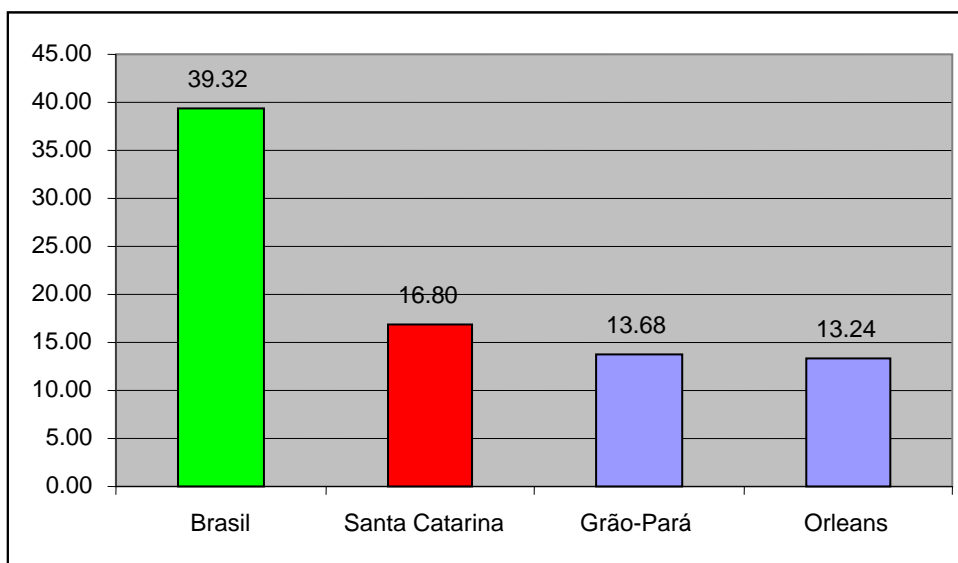


Figura 1.2-VIII: Mortalidade até cinco anos de idade, 2000

O indicador bastante expressivo em Grão-Pará se refere à renda per capita, cujo índice se apresenta maior que a média nacional no ano de 2000. De outro lado, em

Orleans, o indicador se apresenta inferior, tanto a taxa nacional como a estadual. Mais adiante, verificar-se-ão as razões desta condição de Grão-Pará, quando a questão da renda e das atividades produtivas lá existentes será analisada. Verifica-se, segundo a **Figura 1.2-X**, que a renda per capita é superior à média estadual e nacional em Grão-Pará e, contrariamente, inferior em Orleans.

Tabela 1.2-V: Renda per capita, 1991-2000

Área de abrangência	Renda per Capita, 1991 (R\$ de 2000)	Renda per Capita, 2000 (R\$ de 2000)	Variação
Brasil	230,30	297,23	29,1%
Santa Catarina	232,27	348,72	50,1%
Grão-Pará	222,93	357,30	60,3%
Orleans	178,46	286,13	60,3%

Fonte: IBGE, 2000.

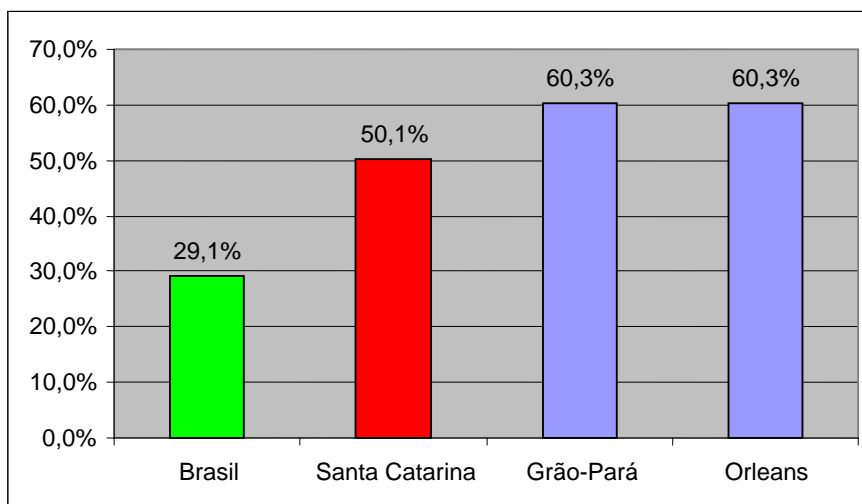


Figura 1.2-X: Variação (%) da Renda per capita, 1991-2000

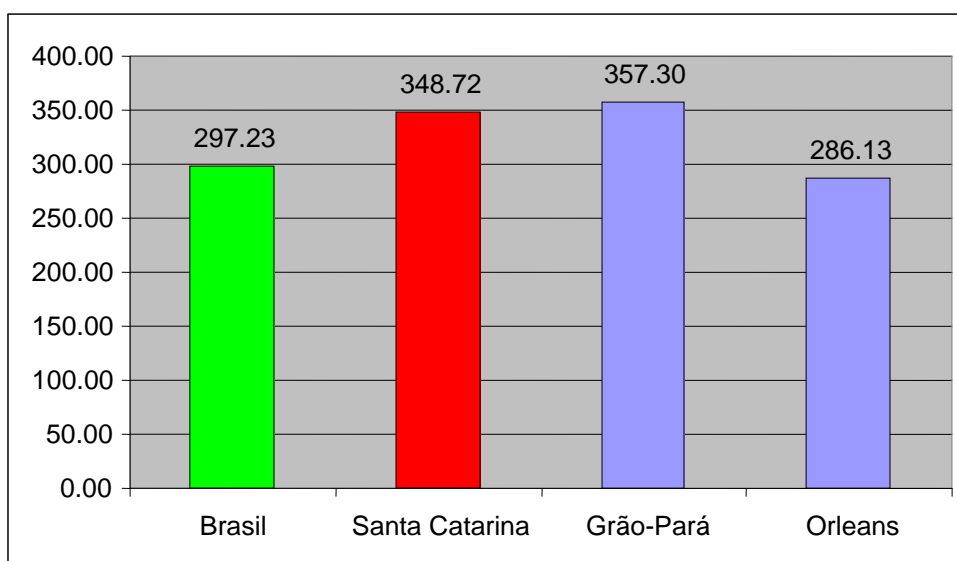


Figura 1.2-XI: Renda per capita, 2000

É preciso salientar que houve melhora na taxa de alfabetização (**Tabela 1.2-VI e Figura 1.2-XII**) no período analisado. Como o Estado de Santa Catarina apresentou uma taxa (93,68) superior à registrada no país, Grão-Pará e Orleans seguiram esta tendência (93,18 e 93,63).

Tabela 1.2-VI: Subíndice educação, 1991-2000

Área de abrangência	Taxa de alfabetização, 1991	Taxa de alfabetização, 2000	Variação
Brasil	79,93	86,37	8,1%
Santa Catarina	90,09	93,68	4,0%
Grão-Pará	88,20	93,18	5,6%
Orleans	88,51	93,63	5,8%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD, 2000.

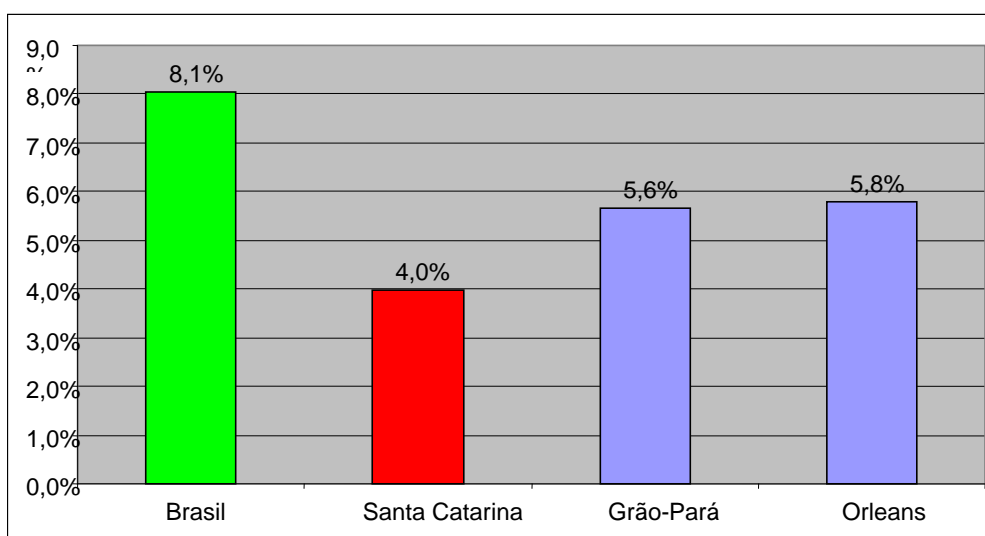


Figura 1.2-XII: Variação (%) taxa de alfabetização, 1991-2000

Ainda com relação à educação, é importante observar o que vem ocorrendo nos dois municípios no que se refere à situação do analfabetismo funcional⁴. Nesses municípios, verifica-se que o maior percentual da população nesta condição situa-se na idade acima de 15 anos, com menos de quatro anos de estudo. As taxas observadas são mais altas do que a média estadual, tanto para o ano de 1991 quanto para o de 2000, muito embora se perceba que, no período, houve um decréscimo da população nesta condição. Entretanto, a disparidade ainda é significativa em relação ao Estado, pois, enquanto no ano de 2000 somente 18,8% da população catarinense se encontra na condição de analfabetismo funcional, em Grão-Pará a taxa era de cerca de 26% e em Orleans de mais de 23%. Tal situação certamente reflete a predominância da população rural nos municípios, cujas limitações de acesso à educação formal são mais débeis do que para as populações urbanas.

⁴ O analfabetismo funcional se refere a quem, embora tenha aprendido a ler e a escrever formalmente, não tem condições de utilizar a leitura e escrita e habilidades matemáticas para fazer frente às demandas de seu contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida. (UNESCO, Instituto Paulo Monteiro)

Os indicadores analisados para os dois municípios evidenciam que ambos estão na condição de alto desenvolvimento no ano de 2000, situando-se acima de 0,80, semelhante à condição média do Estado de Santa Catarina.

O que se observa para o município de Grão-Pará é que há um equilíbrio entre os três indicadores – renda, longevidade e educação, sendo que somente o indicador de educação está abaixo da média estadual, posicionada acima de 0,90. Por outro lado, em Orleans, observa-se um equilíbrio entre os indicadores de educação e longevidade, mas a renda se situa relativamente abaixo da média estadual.

Embora o conjunto dos indicadores posicione bem os municípios e, no caso da educação, tenha havido uma expressiva melhora no período de 1991-2000, há que se ter atenção com relação à condição do analfabetismo funcional nos dois municípios, em particular para a população acima de 15 anos. Tal situação implica que as ações de informação e comunicação do Parque Estadual da Serra Furada devem contemplar tal situação, a fim de atender ao público da região, ou seja, adequar-se tanto àqueles que são plenamente alfabetizados como àqueles que não o são.

Tabela 1.2-VII: Analfabetismo funcional por faixa-etária, 1991-2000

Área de abrangência	% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo, 1991	% 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo, 2000	% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo, 1991	% 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo, 2000	% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo, 1991	% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo, 2000	% 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo, 1991	% 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo, 2000
Brasil	63,1	44,4	30,3	16,4	25,0	16,0	37,6	28,2
Santa Catarina	44,6	29,3	11,7	6,6	11,4	7,8	25,4	18,8
Grão-Pará	42,55	24,88	10,12	6,03	12,01	9,05	33,01	25,95
Orleans	48,98	27,56	14,38	6,59	14,41	9,8	32,98	23,43

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD, 2000.

3.2 Dinâmica Demográfica

O Estado de Santa Catarina experimentou um acréscimo populacional nas últimas décadas de mais de 1,7 milhões de habitantes, ocorrendo uma significativa mudança de local de residência da população que, na atualidade, está concentrada em áreas urbanas. Porém, a divisão por sexo não apresentou mudança expressiva e, entre 1980 e 2000, os homens diminuíram a participação de 50,5% para 49,8% da população total, enquanto a participação das mulheres passou de 49,6% para 50,2%.

Tabela 1.2-VIII: População residente por situação de domicílios no Estado de Santa Catarina – 1980, 1991 e 2000

Anos	Rural	%	Urbana	%	Total
1980	1.473.695	40,6	2.154.238	59,4	3.627.933
1991	1.333.457	29,4	3.208.537	70,6	4.541.994
2000	1.138.429	21,3	4.217.931	78,7	5.356.360

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1980, 1991 e 2000.

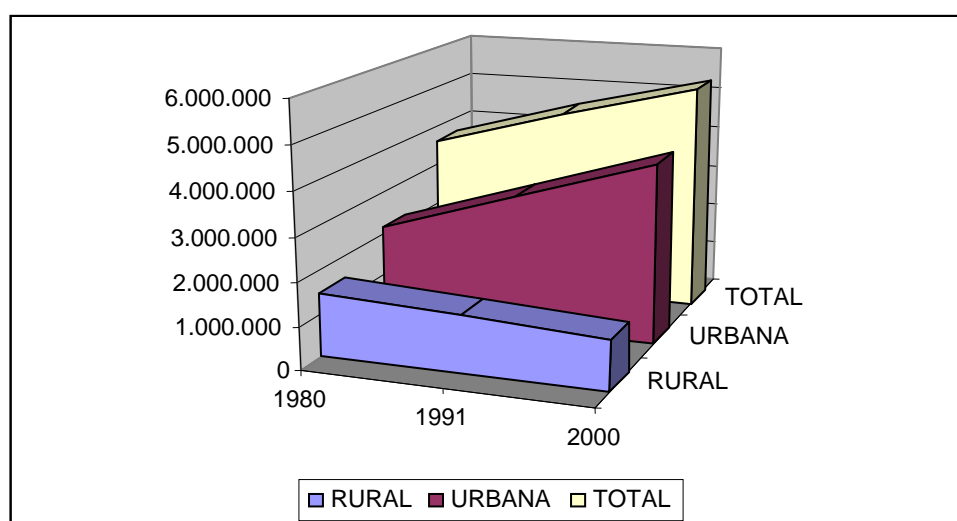


Figura 1.2-XIII: Crescimento Populacional de Santa Catarina, 1980, 1991 e 2000

Os dados censitários demonstram que no decorrer das últimas décadas – 1980 a 2000 – a população de Santa Catarina aumentou, e os municípios de Grão-Pará e Orleans seguiram esta tendência (**Tabela 1.2-VIII e Figura 1.2-XIII**). Contudo, em ambos se constata a mesma tendência estadual e nacional de diminuição da população na área rural em detrimento de uma maior concentração nas áreas urbanas (**Tabela 1.2-VIII e Figura 1.2-VII**).

Com relação à tendência mencionada acima, há que se chamar a atenção para um fato que vem ocorrendo ao longo das últimas décadas, ou seja, a maioria dos municípios brasileiros está ampliando o perímetro urbano dos seus municípios, seja para o incremento na cobrança de imposto, seja na expectativa de oferecer ambiente para instalação de atividades industriais. Em grande parte das situações, tais alterações não têm se justificado, uma vez que na maioria dos municípios originalmente rurais, as atividades econômicas e as características socioculturais predominantes mantêm-se rurais, mesmo com maior adensamento ou ampliação do perímetro urbano.

Tabela 1.2-IX: População censitária, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2007

Área de abrangência	Censo 1970 Total	Censo 1980 Total	Censo 1991 Total	Censo 2000 Total	Contagem 2007	Variação 2000-2007
Santa Catarina	3,895,622	1,429,777	4,541,994	5,855,405	6,495,699	10.9%
Braço do Norte	38,961	37,386	43,478	55,680	61,032	9.6%
Criciúma	202,759	254,448	340,704	367,113	394,902	7.6%
Orleans	15,773	16,382	20,041	20,031	20,859	4.1%
Grão-Pará	7,025	6,097	5,387	5,817	6,051	4.0%

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1970, 1980, 1991 e 2000; Contagem da população, 2007.

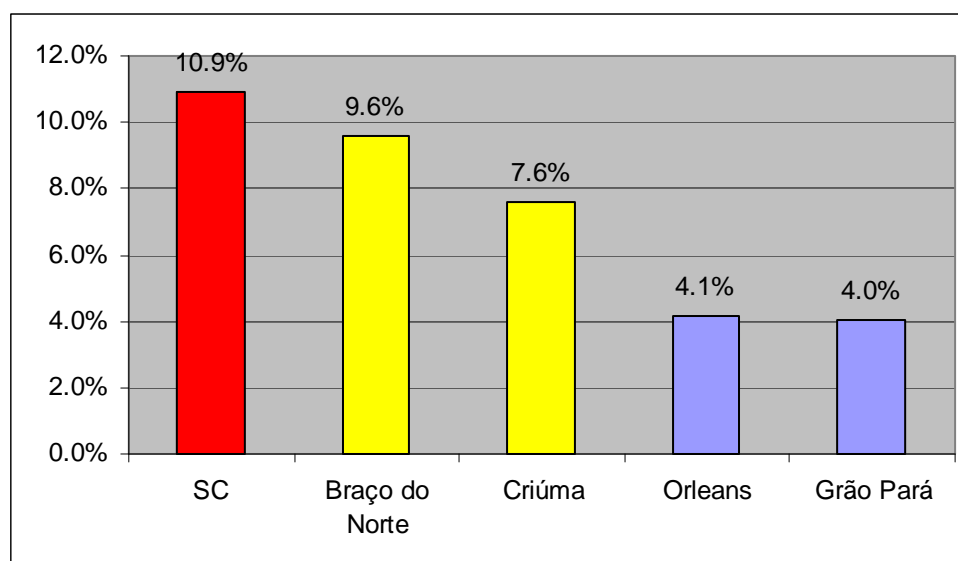


Figura 1.2-IX: Variação (%) população censitária, 2000 - 2007

Tabela 1.2-X: População rural, 1991-2000

Área de abrangência	Censo 1991 Rural	Censo 2000 Rural	Variação 1991-2000
Santa Catarina	1.333.457	1.138.429	-14,6%
SDR Criciúma	83.839	65.097	-22,4%
SDR Braço do Norte	23.278	23.983	3,0%
Grão-Pará	3.379	3.143	-7,0%
Orleans	4.574	2.979	-34,9%

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991 e 2000.

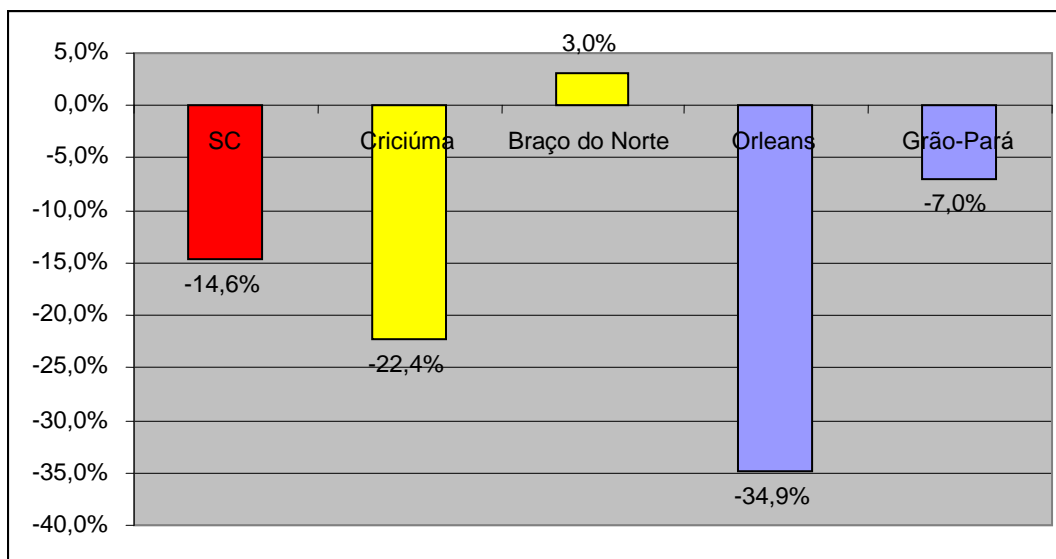


Figura 1.2-X: Variação (%) população rural 1991-2000

Tabela 1.2-XI: População urbana, 1991-2000

Área de abrangência	Censo 1991 Urbana	Censo 2000 Urbana	Variação 1991-2000
Santa Catarina	3.208.537	4.217.931	31,5%
SDR Criciúma	256.865	302.016	17,6%
SDR Braço do Norte	20.200	31.697	56,9%
Orleans	8.814	9.103	3,3%
Grão-Pará	2.008	2.674	33,2%

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991 e 2000.

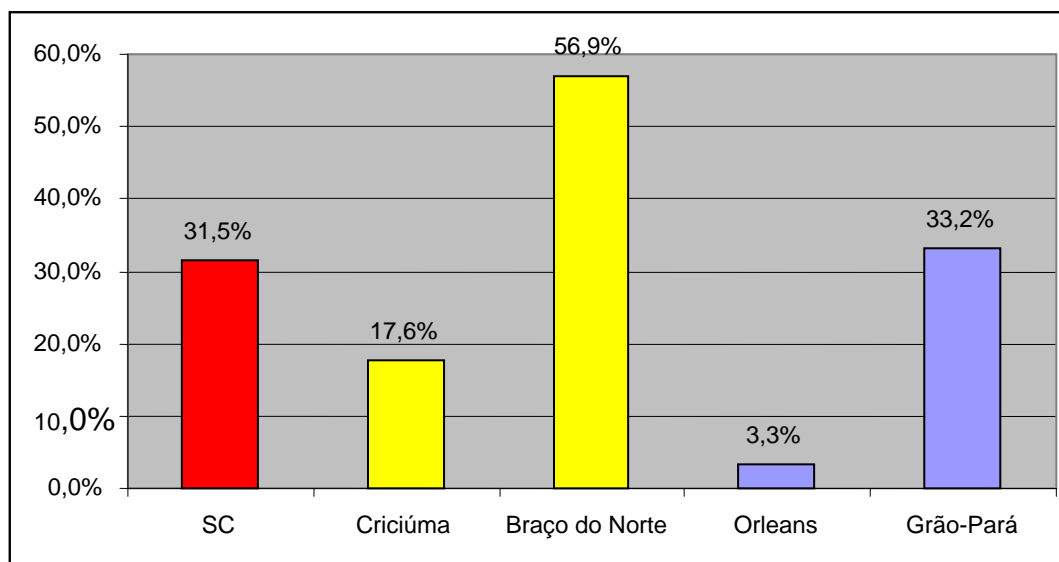


Figura 1.2-XI: Variação (%) população urbana 1991-2000

Segundo a **Tabela 1.2-XII** e as **Figuras 1.2-XII e 1.2-XIII**, o extrato masculino da população (51,6% e 50,04) predomina em Grão-Pará e Orleans. Essa tendência pode estar relacionada à dinâmica de diminuição da população jovem neste município. Geralmente, o que se observa em áreas rurais é o êxodo mais acentuado das

mulheres em relação aos homens, uma vez que, geralmente, estes continuam ocupando os postos de trabalho ligados ao meio rural, enquanto as mulheres se deslocam aos centros urbanos próximos para estudar e, posteriormente, ocupar postos de trabalho ligados ao meio urbano.

Tabela 1.2-XII: População total e sua respectiva distribuição percentual, por sexo e situação do domicílio, proporção de pessoas naturais dos municípios, 2000

Área de Abrangência	População					
	Total	Sexo (%)		Situação do domicílio (%)		Proporção de pessoas naturais (%) (1)
		Masculino	Feminino	Urbana	Rural	
Santa Catarina	5 357 864	49,8	50,2	78,7	21,3	58,7
Grão-Pará	5 817	51,6	48,4	46,0	54,0	77,2
Orleans	20 031	50,4	49,6	64,0	36,0	72,3

Fonte: IBGE: Censo Demográfico, 2000.

(1) Refere-se às pessoas que sempre moraram ou nasceram no município de residência por ocasião do Censo.

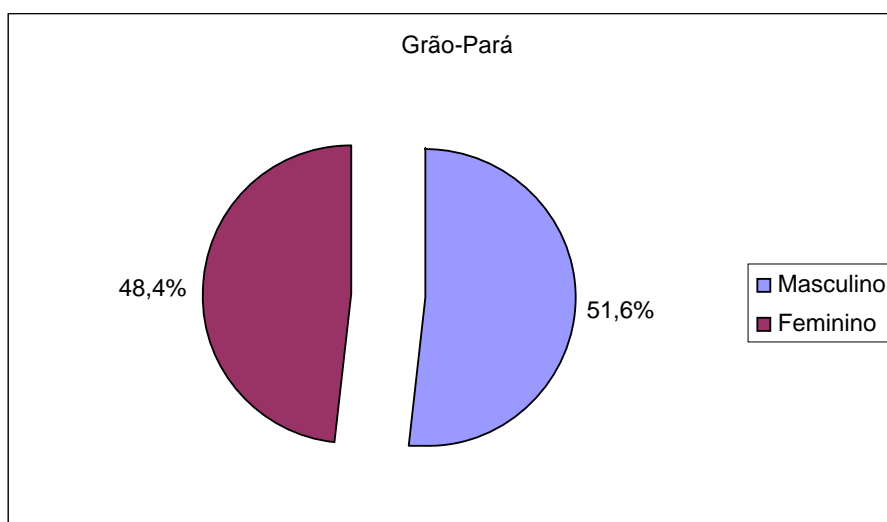


Figura 1.2-XII: Distribuição percentual segundo sexo, Grão-Pará, 2000

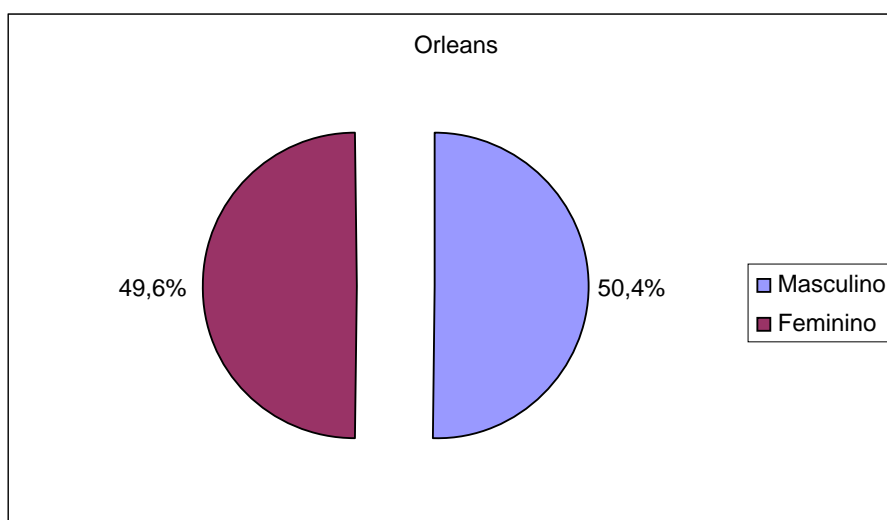


Figura 1.2-XIII: Distribuição percentual segundo sexo, Orleans, 2000

Tabela 1.2-XIII: População residente por grupos de idade (%), 2000

Área de abrangência	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais
Santa Catarina	7,0	5,6	15,5	6,0	13,0	44,9	2,6	5,4
Grão-Pará	6,5	6,3	15,6	6,2	12,0	44,7	2,8	5,8
Orleans	7,0	5,5	15,5	5,3	13,3	44,8	2,8	5,9

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2000.

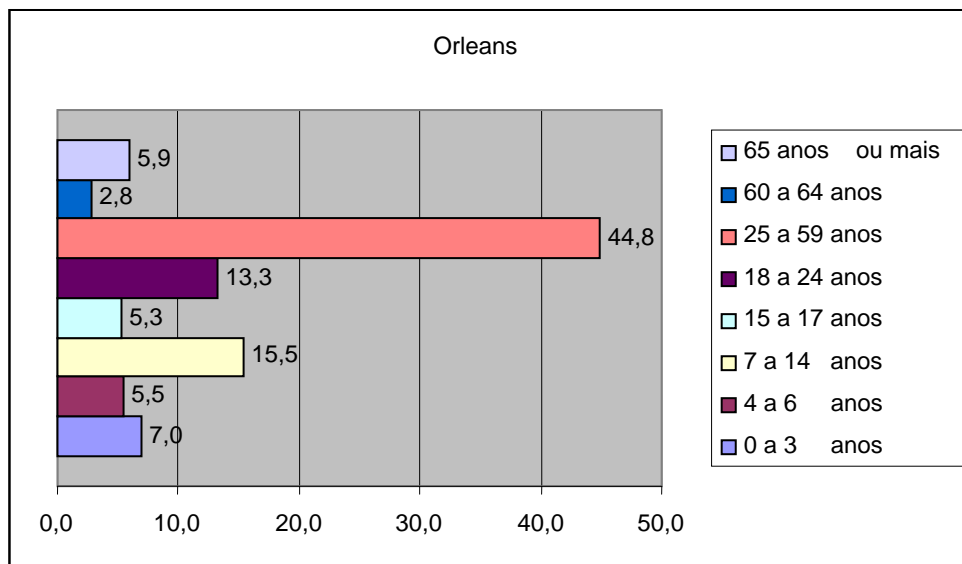


Figura 1.2-XIV: Pop. segundo faixa-etária, Orleans, 2000

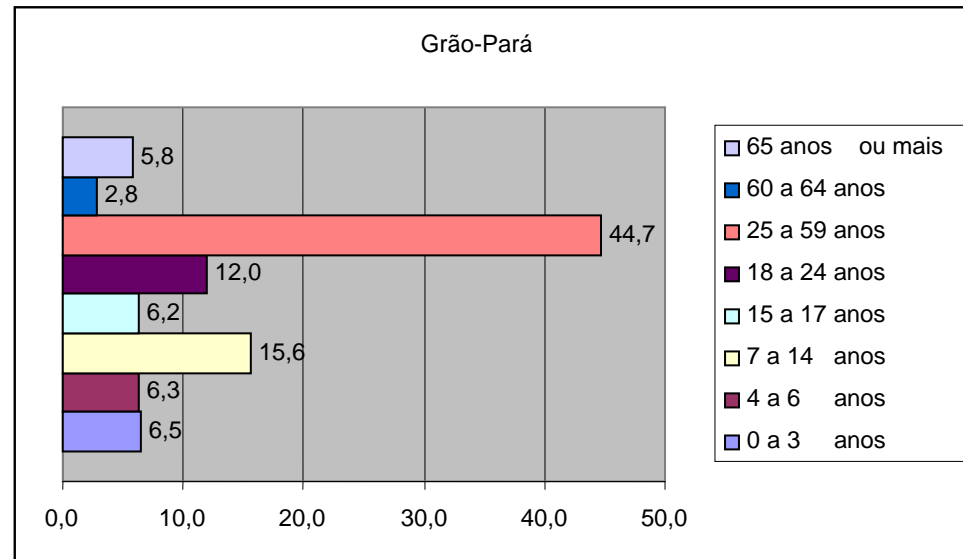


Figura 1.2-XV: Pop. segundo faixa-etária, Grão-Pará, 2000

Por fim, observa-se na **Tabela 1.2-XIII** que, em 2000, a estrutura etária da população apresentava certa concentração nas faixas entre 7 e 59 anos, com uma população idosa pequena e uma população juvenil, entre 15 e 17 anos pequena. Este último dado se explica pela dinâmica migratória apresentada adiante.

Ainda com relação à dinâmica demográfica, vale destacar a situação da migração ocorrida nos dois municípios.

Os dados apresentados foram extraídos do LAC – Levantamento Agropecuário de Santa Catarina, realizado entre 2002/3, e se referem exclusivamente à situação da população rural.

Os dados da **Tabela 1.2-XIV** demonstram que a migração rural foi mais intensa no município de Grão-Pará, principalmente entre a população de jovens adultos, com maior capacidade de mão de obra. Do total de 46 estabelecimentos agrícolas que confirmaram a migração de membros da família, o que se verifica é que na faixa etária entre 20 a 39 anos, mais de um membro de uma mesma família deixou a área rural (49 pessoas), o que representa mais de 106% do total de migrantes por estabelecimento.

Em Orleans, a situação não é muito diferente, pois, dos 38 estabelecimentos agrícolas que declararam a ocorrência de migração dos membros da família, também a maioria se concentra na faixa dos jovens adultos, representando cerca de 85% das pessoas que migraram.

Tal situação é bastante preocupante nos dois municípios, pois, em muitos casos, põe em xeque a possibilidade de manutenção do estabelecimento agrícola, uma vez que não há sucessores para assumir o patrimônio familiar. Entretanto, esta situação não é única para a área em estudo, e tem sido recorrente na maioria dos municípios predominantemente rurais de Santa Catarina, como um fenômeno marcante da agricultura familiar como um todo. O que se tem verificado no campo catarinense, como também em nível nacional, é cada vez maior e mais veloz o envelhecimento da população do meio rural.

Tabela 1.2-XIV: Número de pessoas da família do produtor rural que migraram dos estabelecimentos agropecuários para centros urbanos, segundo a faixa etária, nos últimos 3 anos - 2002-2003

Área de abrangência	Número de estabelecimentos informantes	Faixa etária (em anos completos)					
		Até 9	De 10 a 19	De 20 a 39	De 40 a 59	60 e mais	Sem declaração
Santa Catarina	9.643	152	3.588	8.149	389	196	317
Grão-Pará	46	2	15	49	9	3	5
Orleans	38	-	8	33	2	2	2

FONTE: Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Levantamento Agropecuário de Santa Catarina, 2002-2003.

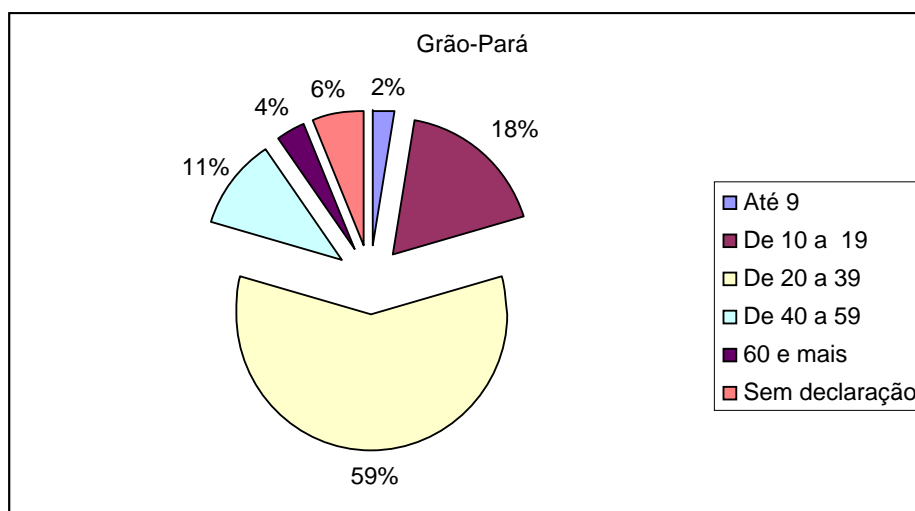


Figura 1.2-XVI: Porcentagem das faixas etárias das pessoas da família do produtor rural que migraram dos estabelecimentos agropecuários para centros urbanos nos últimos 3 anos, Grão-Pará, 2002-2003

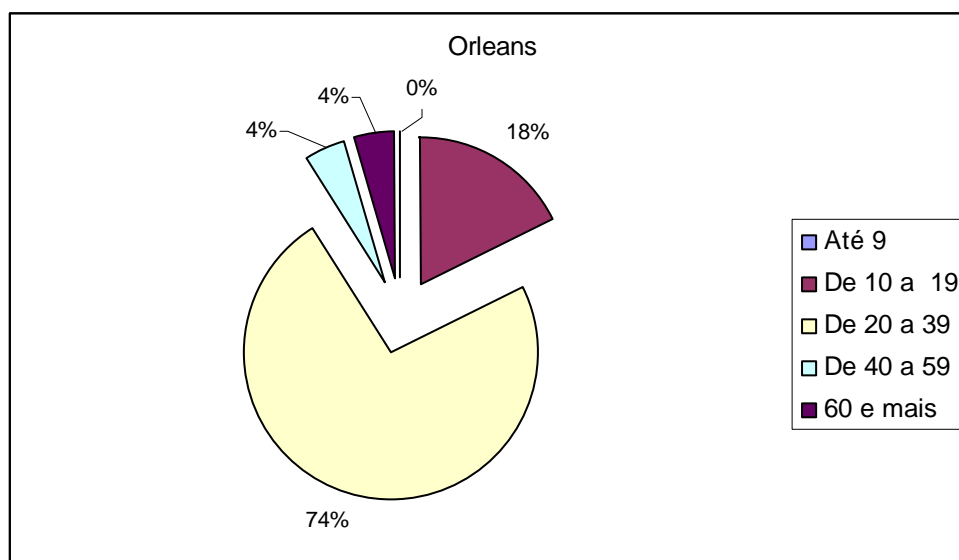


Figura 1.2-XVII: Porcentagem das faixas etárias das pessoas da família do produtor rural que migraram dos estabelecimentos agropecuários para centros urbanos nos últimos 3 anos, Orleans, 2002-2003

Tanto em Grão-Pará como em Orleans foi o extrato masculino da população (51%) o que mais migrou para os centros urbanos. Segundo os entrevistados, existe uma dinâmica de migração rumo a municípios vizinhos dotados de uma economia mais dinâmica, como é o caso de Braço do Norte, um polo moveleiro que tem atraído jovens de municípios de toda a região. Além disso, muitos jovens abandonam as propriedades dos pais em busca de formação escolar e/ou profissional e não regressam mais ao campo.

Tabela 1.2-XV: Número de pessoas da família do produtor rural que migraram dos estabelecimentos agropecuários para centros urbanos, segundo o sexo, nos últimos 3 anos 2002-2003

Abrangência Geográfica	Número de estabelecimentos informantes	Número de pessoas que migraram			
		Total	Homem	Mulher	Não declarado
Santa Catarina	9.643	12.791	6.116	6.392	283
Grão-Pará	46	83	42	36	5
Orleans	38	47	24	22	1

FONTE: Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Levantamento Agropecuário de Santa Catarina, 2002-2003.

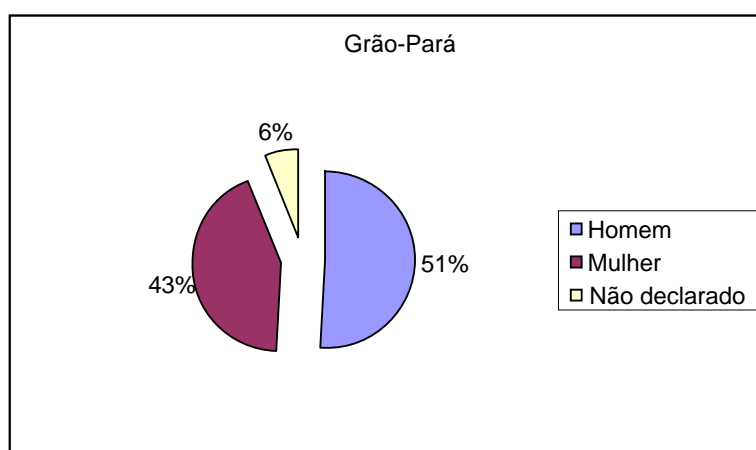


Figura 1.2-XVIII: Porcentagem, segundo sexo, de pessoas da família do produtor rural que migraram dos estabelecimentos agropecuários para centros urbanos nos últimos 3 anos, Grão-Pará, 2002-2003

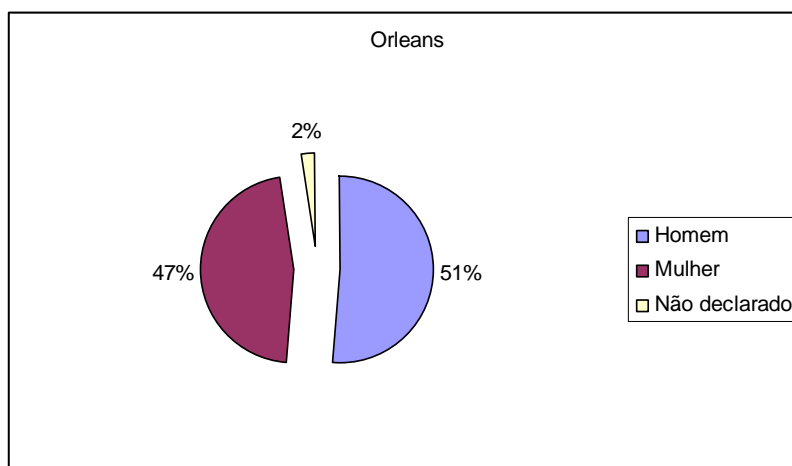


Figura 1.2-XIX: Porcentagem, segundo sexo, de pessoas da família do produtor rural que migraram dos estabelecimentos agropecuários para centros urbanos nos últimos 3 anos, Orleans, 2002-2003

Segundo a Tabela 1.2-XVI e as Figuras 1.2-XX e 1.2-XXI, os quatro principais motivos associados à migração no município de Grão-Pará foram: busca de melhor qualidade de vida na cidade (26%); busca de remuneração fixa e com baixo risco (18%); matrimônio (17%) e estudo (14%). Em Orleans, as motivações foram semelhantes, porém com outro ordenamento: o matrimônio foi a principal motivação

(19%), seguido da busca de maior renda em outra atividade (17%) e da busca de maior qualidade de vida na cidade e de estudo, ambos com 13%.

Em síntese, o que se pode concluir com relação à dinâmica demográfica é que: houve crescimento da população nos dois municípios, associada à evasão da área rural e aumento da urbana. Em relação às faixas etárias, existe atualmente uma concentração nas idades entre 20 e 39 anos; registrando-se menor concentração populacional nos extratos infantis e idosos.

No que se refere à migração da população rural, constatou-se que a principal faixa etária a migrar foi entre 20 e 39 anos; que os homens migraram mais que as mulheres e que os principais motivos foram: busca de maior qualidade de vida na cidade; busca de remuneração fixa, busca de maior renda em outra atividade, matrimônio e estudo.

Tabela 1.2-XVI: Número de pessoas da família do produtor rural que migraram dos estabelecimentos agropecuários para centros urbanos nos últimos 3 anos, segundo o motivo da evasão, 2002-2003

Área de abrangência	Número de estabelecimentos informantes	Número de pessoas que migraram segundo o motivo					
		Número total de pessoas	Baixa rentabilidade da atividade agropecuária	Estudo	Busca de remuneração fixa e com baixo risco	Busca de maior qualidade de vida na cidade	Busca de trabalho mais leve
Santa Catarina	9.643	12.791	2.619	2.152	885	1.693	149
Grão-Pará	46	83	6	12	15	21	1
Orleans	38	47	5	6	2	6	1

Continua

Número de pessoas que migraram segundo o motivo							
Busca de maior renda em outra atividade	Matrimônio	Não gosta da atividade agrícola	Descapitalização do estabelecimento	Problemas de saúde	Terra insuficiente ou imprópria para agricultura	Outro motivo	Sem declaração
1.187	1.706	191	105	112	328	991	577
3	14	-	1	-	-	3	7
8	9	-	-	1	-	7	2

FONTE: Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Levantamento Agropecuário de Santa Catarina, 2002-2003

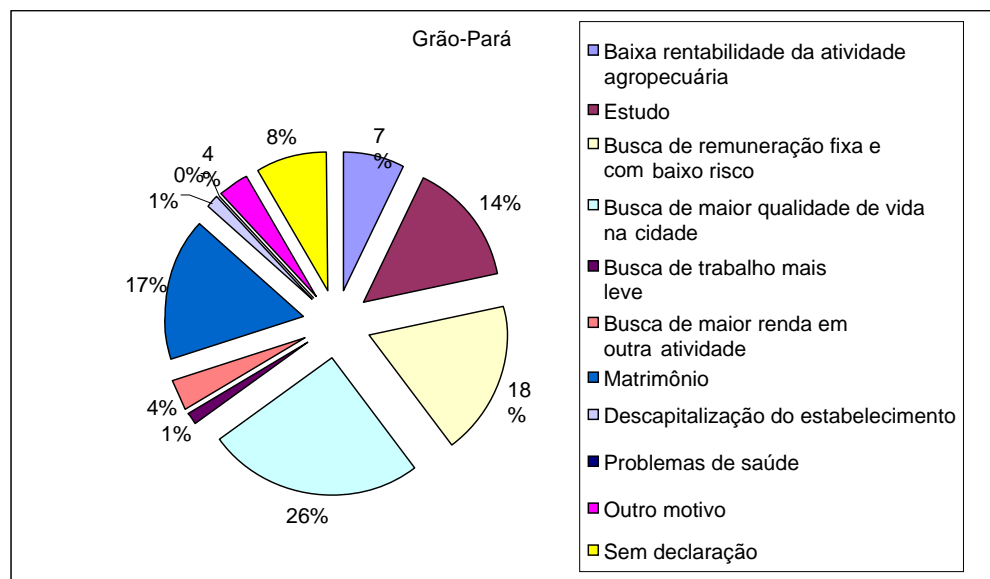


Figura 1.2-XX: Porcentagem do número de pessoas que migraram nos últimos 3 anos, segundo o motivo, Grão-Pará, 2002-2003

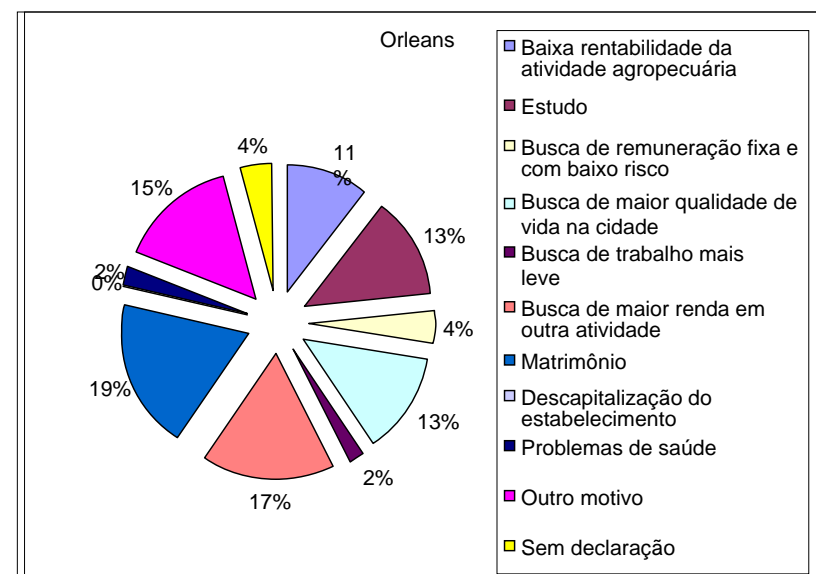


Figura 1.2-XXI: Porcentagem do número de pessoas que migraram nos últimos 3 anos, segundo o motivo, Orleans, 2002-2003

4 ASPECTOS ECONÔMICOS

A formação e a história econômica dos municípios de Grão-Pará e Orleans foram marcadas por duas atividades produtivas: a extração madeireira e a pecuária extensiva. Em torno do ano de 1970, a proibição da extração de madeira nativa, a fiscalização ambiental por órgãos competentes, a decadência da pecuária, todos aliados à declividade das propriedades, formaram o conjunto de fatores que favoreceram a emergência da cadeia produtiva do reflorestamento e da fumicultura. Além delas, a suinocultura e a avicultura surgiram nas últimas décadas, sob o regime de integração e adaptadas às pequenas propriedades, porém de forma menos expressiva.

No âmbito da agricultura de pequeno porte, o setor fumageiro representa uma grande parcela da produção. Isto se explica pela história de incentivo produtivo desta cultura por parte de órgãos governamentais e pela característica topográfica declivosa das propriedades rurais. Atualmente, a fumicultura representa um refúgio econômico em todo o estado, por causa da sua capacidade de geração de uma renda constante e “garantida” para o produtor.

Segundo o ICEPA (2009), a produção brasileira de fumo se concentra na região Sul, representando cerca de 95% do total nacional. Nesta região, ela se caracteriza pelo uso do sistema de integração, onde as indústrias, através de contrato com os produtores, controlam quase totalmente o processo produtivo e a quantidade produzida. Santa Catarina é o segundo produtor nacional, com mais de 30% da produção brasileira. A produção catarinense de fumo tem oscilado sensivelmente no transcorrer dos anos. Isto não guarda necessariamente relação direta apenas com aspectos relacionados à rentabilidade da atividade. Mesmo que no transcorrer dos anos a rentabilidade não seja aquela esperada pelos produtores, pode-se verificar crescimento na área de plantio.

Ainda segundo o ICEPA (2009), o setor fumageiro tem expressiva importância econômica e social em Santa Catarina, pois dos cerca de 200 mil produtores rurais catarinenses, 47 mil (24%) produzem fumo e têm nesta atividade uma das principais fontes de renda familiar. A fumicultura é uma atividade desenvolvida quase exclusivamente nas pequenas propriedades, onde 70% dos produtores têm propriedades com menos de 20 hectares e outros 25% menos de 50 hectares. A renda bruta de 1 hectare de fumo pode atingir R\$ 4,0 mil, contra cerca R\$ 600,00 do milho e do feijão, por exemplo.

O aumento da área plantada deve-se principalmente ao fato de que outras alternativas de produção dificilmente apresentam a mesma perspectiva de rentabilidade do fumo. Além de gerar um grande valor de produção em uma área pequena (2 hectares geram um valor bruto de cerca de R\$ 8 mil), a maior parte do seu custo de produção é decorrente de fatores de produção, como mão de obra e lenha, dos quais a maior parte dos produtores dispõe sem grande ou nenhum desembolso financeiro. Dessa forma, boa parte da renda bruta do fumo acaba transformando-se em receita para os produtores, já que grande parte do custo de produção é remuneração da mão de obra, normalmente familiar.

Os dados analisados para se entender o que ocorre com a economia dos municípios onde se insere o Parque Estadual da Serra Furada dizem respeito ao comportamento dos três setores produtivos, o agropecuário, o industrial e o de comércio e serviços, tomando-se por base os anos de 2002 e 2006.

Tabela 1.3-I: Participação dos setores econômicos no VAB – Valor Adicionado Bruto, 2002-2006

	VAB Total 2006		VAB Agropecuária (R\$ mil)		VAB Indústria (R\$ mil)		VAB Serviços (R\$ mil)	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Grão-Pará	41.634	65.230	20.212	22.902	4.738	16.543	16.684	25.785
Orleans	165.902	281.438	33.652	39.915	57.109	114.145	75.142	127.378

Fonte: SPG/DEGE/Gerência de Estatística e IBGE, 2002, 2006.

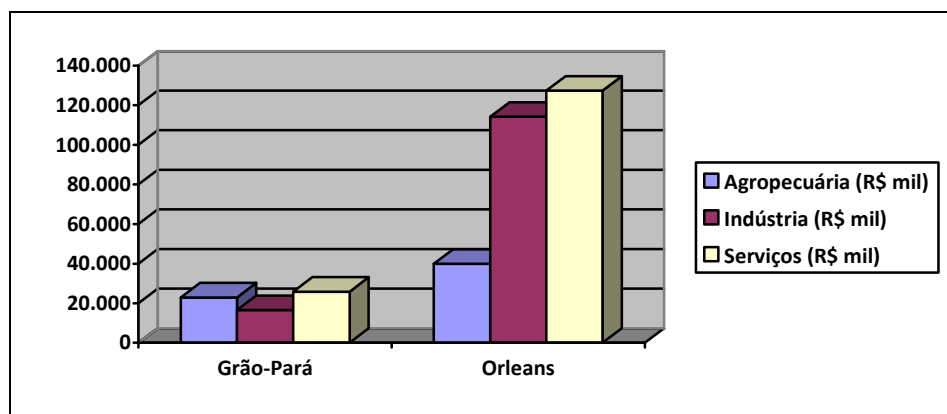


Figura 1.3-I: Participação dos setores econômicos no VAB – Valor Adicionado Bruto, 2006

Em Grão-Pará, a base da economia está assentada no setor agropecuário, praticada basicamente por agricultores familiares, segundo informações da EPAGRI local. Cultivam-se principalmente o fumo, o milho e o feijão. Com relação à pecuária, a suinocultura predomina, mas também há a avicultura e a criação de bovinos para a produção leiteira.

O setor agropecuário, que representava cerca de metade da riqueza gerada no município (49%) em 2002, tem perdido espaço rapidamente para os demais setores da economia local, passando a representar somente 35% em 2006.

A indústria local, que tinha pouca representatividade em 2002 (11%), em 2006 já está representando mais que o dobro em relação ao período anterior, chegando a mais de 25%. Segundo dados municipais (2009), a base do setor está nas indústrias madeireiras, predominando a produção de ataúdes (urnas mortuárias) e de molduras, mas também é relevante localmente a industrialização de produtos de alumínio, principalmente painéis, havendo, ainda, confecções e prestação de serviços em facção, algumas granjas com abatedouro, atafonas e engenhos de açúcar.

O setor que não apresenta oscilações na geração de divisas para o município é o de comércio e serviços. Tanto em 2002 como em 2006, o setor representava 40% do total da economia local. Basicamente, as atividades comerciais se referem aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, roupas e calçados, bares e restaurantes, postos de gasolina e outros. Os dados municipais apontam que há 55 estabelecimentos prestadores de serviços.

O município de Orleans tem uma economia mais robusta, pois exerce a função de cidade polo para vários municípios do entorno, inclusive para Grão-Pará, tanto que a riqueza lá gerada é pelo menos quatro vezes maior do que a desse município.

Em Orleans, o principal setor é o de comércio e serviços. Em 2002, ele representava 45% do total da economia produtiva do município, mantendo esta mesma condição em 2006. Grande parte dos estabelecimentos é voltada para o abastecimento de alimentos, para confecções, para móveis e eletrodomésticos, inclusive sediando redes de lojas com filiais em outros estados. Um ramo relevante e que está em expansão, segundo dados municipais, é o da construção civil, o qual vem atendendo à demanda crescente por novas construções.

O setor industrial é o segundo em relevância e é o que apresentou o maior crescimento. Em 2002, representava 34% da riqueza produtiva e, em 2006, passou para 41%. O crescimento chegou praticamente a dobrar no período analisado.

Segundo a história do município, foi com a chegada dos primeiros imigrantes a Orleans que iniciou o processo industrial, surgindo as primeiras unidades na área rural com as atafonas para moagem de milho, engenhos para fabricação de açúcar e farinha, fábrica de banha para abate da produção de suínos e, mais tarde, as charqueadas para abate de bovinos. As serrarias também acompanharam o processo de ocupação, uma vez que, para utilizar as terras, se fazia o desmatamento, extraindo a madeira das matas existentes. Em decorrência, nasciam as marcenarias, cuja produção ainda hoje se estende na produção de móveis, esquadrias, tacos e assoalhos, tornando conhecidos os produtos do município em todo o sul catarinense.

Atualmente, as atividades industriais estão direcionadas a outros gêneros, principalmente o de embalagens plásticas, molduras, implementos agrícolas e carrocerias, além de grande produção de madeira beneficiada. Segundo dados da prefeitura municipal, existem mais de 100 indústrias, entre médias e grandes, exportando seus produtos para todo o território brasileiro e já se preparando para o MERCOSUL. Com relação à mão de obra ocupada, a mesma fonte indica que parte dela vem dos municípios vizinhos, o que também caracteriza o município como polo.

Nos últimos anos, o setor menos representativo na geração de riqueza e em queda na participação de divisas é o setor agropecuário, muito embora toda a trajetória do município tenha se construído com base nas atividades agropecuárias, lembrando que ali houve um processo de colonização estruturado e organizado.

Em 2002, as atividades agropecuárias participavam com 20% da economia municipal, porém, em 2006, verificou-se uma expressiva queda, passando a representar somente 14%. Entretanto, as atividades do setor são relevantes para a toda a população rural do município. Segundo dados municipais, há cerca de 1800 estabelecimentos agrícolas, com área média de 20 hectares. Ou seja, é um município onde predomina a agricultura familiar.

Atualmente, a fumicultura é a principal atividade do setor, mas também estão presentes as culturas do milho e da cana, utilizadas mais para a complementação alimentar de bovinos, suínos e aves.

Segundo o site oficial da Prefeitura de Orleans, com relação à pecuária comercial, há um predomínio da suinocultura, já que o município se especializou na produção de matrizes, as quais são repassadas aos criadores de porcos para engorda e abate. Também se desenvolve a avicultura, implantada no município ainda nos anos de 1960, de forma pioneira no sul do estado. Hoje, o município está entre os principais produtores de frangos e ovos. As duas atividades prosperam de forma bastante desenvolvida tecnologicamente, vinculadas aos diversos sistemas integrados de aves e suínos do estado.

No entanto, as informações advindas da pesquisa de campo nos permitem relativizar as afirmações acima. Segundo os interlocutores, devido ao alto custo de implantação, a avicultura não é desenvolvida pelos agricultores familiares residentes nos dois municípios aqui tratados e sim por terceiros instalados na região. A suinocultura, no caso dos pequenos produtores rurais, se destina ao consumo familiar e/ou à comercialização local, principalmente para o município de Braço do Norte. Nas comunidades de Serra Furada, Chapadão e Minador, a suinocultura não ocorre sob o regime de integração produtiva com grandes agroindústrias, ao contrário, os pequenos produtores produzem individualmente, pois não conseguem atingir as metas de produtividade mínima exigidas pelas agroindústrias. Segundo os entrevistados, atualmente o setor enfrenta sérios problemas em virtude da poluição causada pelos dejetos de suínos.

Com relação à bovinocultura, ela é destinada à produção leiteira. Segundo as entrevistas de campo, constatou-se que a atividade vem sendo incentivada pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), através de um programa de melhoramento de pastagens. O programa cria alternativas às vicissitudes que afligem o meio rural, como a seca, a diminuição da mão de obra familiar nas propriedades, o êxodo rural, o alto custo dos insumos, a dependência aos regimes de integração, etc. Por ser menos dependente de insumos externos e por poder ser realizado em pequenas áreas, o método difundido atualmente é o Pastoreio Racional Voisin. A atividade atualmente é uma das responsáveis pela menor dependência dos agricultores de setores como a fumicultura.

Embora os dados secundários não evidenciem expressiva relevância com relação à silvicultura, as entrevistas e as observações realizadas em campo permitiram verificar que a silvicultura está presente em praticamente todas as propriedades que compõem o espaço rural de Grão-Pará e Orleans. Observa-se a diminuição do plantio de pinus em detrimento ao aumento do cultivo do eucalipto, este, em geral, utilizado como matriz energética na cadeia produtiva do fumo.

Ainda em relação aos setores produtivos é importante observar as informações relativas ao número de empregados, segundo os diversos ramos de atividades que envolvem os setores. Cabe lembrar que tais dados se referem exclusivamente ao emprego formal, não estando contabilizados nesta estatística os empregos informais existentes nos municípios.

Em Orleans, o setor que gera o maior número de empregos formais é o da indústria de transformação, observando que, entre os anos de 2002 e 2006, houve um acréscimo no número de empregados. Em seguida, está o setor de comércio e serviços, pois os dois ramos de atividades somam 2.043 empregos formais.

As características da produção familiar no setor agropecuário ficam evidentes quando se observa os empregos existentes no setor, os quais são comparativamente insignificantes em relação ao demais. Entretanto, a realidade é que a família agricultora, embora não seja empregada ou perceba um salário, é a trabalhadora da unidade produtiva, o que, de certa maneira, deveria poder ser contabilizado como emprego informal.

Tabela 1.3-II: Número de empregados segundo os setores econômicos, 2004-2006

Área de abrangência	Extrativa mineral		Indústria de Transformação		Serviços Industriais de Utilidade Pública		Construção Civil	
	2004	2006	2004	2006	2004	2006	2004	2006
SC	6.501	6.299	478.002	531.464	14.022	12.302	43.943	52.822
Grão-Pará	-	0	602	752	21	21	7	17
Orleans	78	12	2.024	2.346	25	27	98	123

Continuação

Comércio		Serviços		Administração Pública		Agropecuária	
2004	2006	2004	2006	2004	2006	2004	2006
258.554	298.070	368.722	432.335	192.229	222.588	44.274	42.574
86	124	77	70	216	242	41	83
893	1.005	814	1.038	367	490	128	73

Fonte: SPG/DEGE/Gerência de Estatística e IBGE, 2004, 2006.

Com relação a Grão-Pará, o que se verifica é que, embora o setor industrial esteja situado em 2º lugar como o que mais gera divisas ao município, do ponto de vista do emprego, ele é o que principal empregador, particularmente a indústria de transformação, como se apresenta na **Tabela 1.3-II**. O setor do comércio e de serviços, apesar de relevante do ponto de vista econômico, em termos de geração de emprego (194, em 2006) se situa atrás da administração pública, que garantiu 242 empregos em 2006. Por fim, muito embora o setor agropecuário seja importante para a geração de riqueza no município, os empregos formais existentes são insignificantes. As razões são as mesmas já destacadas anteriormente para a situação de Orleans.

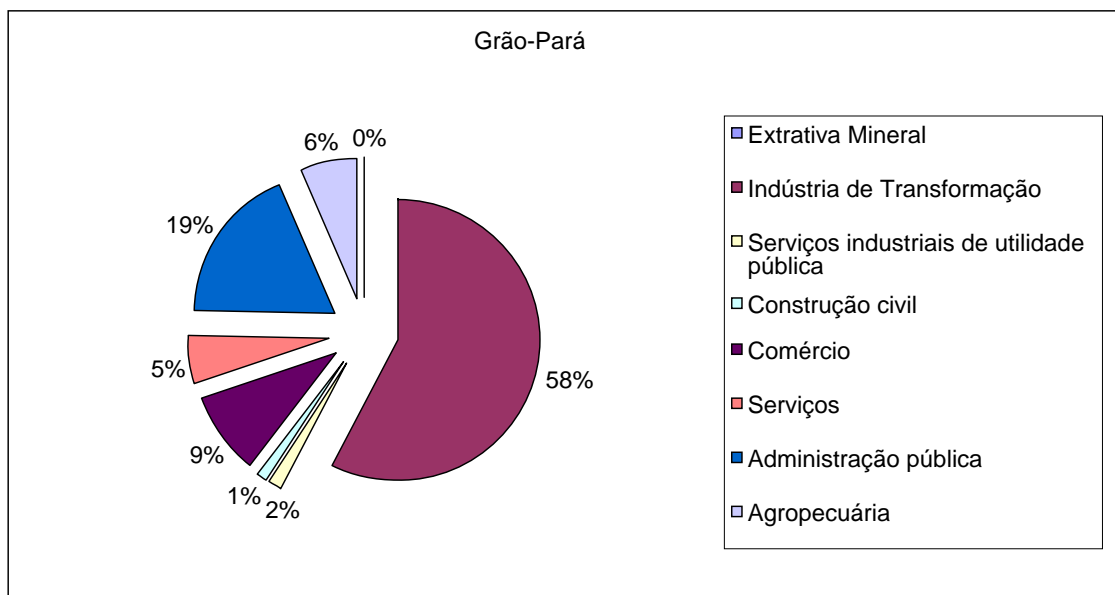


Figura 1.3-II: Distribuição (%) dos empregados por setor, Grão-Pará, 2006

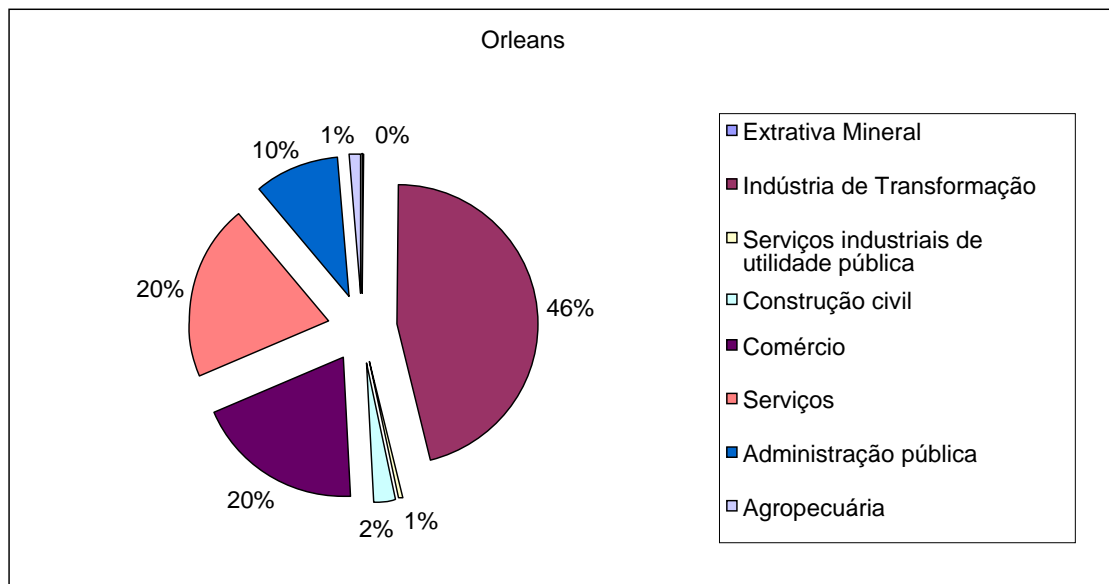


Figura 1.3-III: Distribuição (%) dos empregados por setor, Orleans, 2006

As diferenças econômicas entre os dois municípios também são visíveis quando se observa o PIB – Produto Interno Bruto (**Tabela 1.3-III**) de cada um deles nos anos de 2002 e 2005. A situação de Orleans destaca-se em relação a Grão-Pará, pois o município vinha, no período, galgando novas posições, estando na 50ª posição no conjunto do estado de Santa Catarina em 2005. Embora Grão-Pará também venha ganhando posições, ele ainda estava na 150ª posição no ano de 2005, dentre os quase 300 municípios do estado.

O mesmo comportamento dos dois municípios se verifica com relação ao PIB per capita, conforme se observa na **Tabela 1.3-IV**.

Tabela 1.3-III: Produto Interno Bruto, a preço de mercado corrente, 2002-2005

Área de abrangência	Produto Interno Bruto (R\$ mil)							
	2002		2003		2004		2005	
	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição
SC	229.747	-	275.334	-	319.413	-	363.986	-
Grão-Pará	43.086	161	49.475	170	62.016	162	71.313	150
Orleans	186.661	52	225.859	52	257.397	53	292.674	50

Fonte: SPG/DEGE/Gerência de Estatística e IBGE, 2002, 2005.

Tabela 1.3-IV: Produto Interno Bruto per capita, 2002-2005

Área de abrangência	PIB per capita (R\$)							
	2002		2003		2004		2005	
	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição
SC	9.969	-	11.764	-	13.403	-	14.539	-
Grão-Pará	7.252	123	8.261	173	10.056	134	11.467	108
Orleans	9.320	65	11.278	71	12.853	73	14.615	55

Fonte: SPG/DEGE/Gerência de Estatística e IBGE, 2002, 2005.

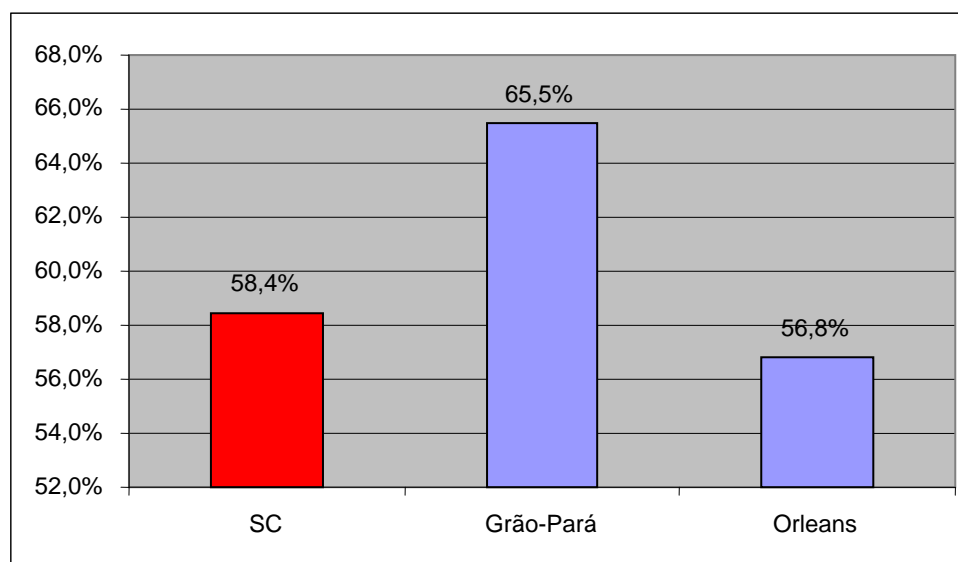


Figura 1.3-IV: Variação (%) PIB, 2002-2005

Finalmente, cabe trazer alguns elementos relativos à atividade turística. Não há dados secundários consistentes com relação à atividade, mas com a pesquisa de campo se pode contatar que, por enquanto, o turismo é incipiente na região, não oferecendo a necessária infraestrutura e equipamentos ao estabelecimento do setor e ao bom funcionamento da atividade. Segundo os entrevistados, existe sim um pequeno e

constante fluxo de pessoas que visitam a região de forma autônoma – incluindo-se áreas do Parque – principalmente os pequenos balneários que são formados ao longo dos rios.

Os relatos também mencionam que é crescente o número de pessoas que percorrem as estradas da região rumo ao Parque Estadual da Serra Furada. Isso se deve, em parte, à instalação de placas indicativas pela Prefeitura de Orleans. Contudo, não existe no Parque e em seu entorno acesso para carros, estacionamento ou sinalização informativa de equipamentos turísticos e trilhas, o que faz com que os visitantes não possam conhecer e usufruir da Unidade. Em relação às comunidades, é esporádica a utilização que fazem do Parque, geralmente com objetivo recreacional, principalmente a visita à “Serra Furada”.

É notável a potencialidade da região para o turismo comunitário e de aventura, em função da conservação dos traços da identidade cultural das comunidades ainda existentes na área de entorno do Parque e a existência de recursos naturais abundantes. Segundo o representante da Fundação do Meio Ambiente de Orleans, o Parque Estadual da Serra Furada poderia ser mais bem aproveitado no sentido de fomentar e fortalecer o turismo nos dois municípios, inclusive a gestão do turismo no interior e entorno do Parque poderia ser de responsabilidade das prefeituras.

Em suma, o conjunto dos interlocutores afirma que o turismo poderia ser incentivado dentro e fora do Parque como forma de dinamizar a economia local, possibilitando a criação de novos empregos e, dessa forma, melhorando a renda dos produtores familiares.

4.1 Caracterização da estrutura fundiária e uso da terra

A ocupação territorial dos municípios de Orleans e de Grão-Pará resultou do processo de incentivo à imigração de europeus ao Brasil, ocorrido na segunda metade do século XIX. Com a criação da Empresa de Terras e Colonização Grão Pará S/A. em 1882, houve a promoção do povoamento e da colonização da região por homens brancos.

Os primeiros lotes de terra foram vendidos em 1883 e, devido às facilidades concedidas por aquela empresa, grande número de imigrantes - principalmente italianos, alemães e poloneses – chegou à área, sendo criada em seguida a então freguesia de Orleans, onde se situa a cidade atualmente. As características da estrutura fundiária decorrente da colonização parecem atuais até os dias de hoje, como se vê a seguir.

Segundo o LAC – Levantamento Agropecuário de Santa Catarina, realizado em 2003, a estrutura fundiária dos dois municípios ainda se assemelhava à época da colonização, uma vez que, no período, era predominante o número de estabelecimentos rurais no estrato de 10 a 50 hectares⁵. Em Orleans, o número de estabelecimentos nesta faixa representava 70% do total dos existentes no município e, em Grão-Pará, esta participação era um pouco maior, representando 75% dos estabelecimentos. Tais condições indicam que se está diante de uma estrutura

⁵ Uma informação que seria de grande relevância para poder entender mais claramente a estrutura fundiária é a que trata da quantidade de terras segundo os estratos de área. Entretanto, o LAC não disponibiliza tal informação, sendo que a mesma só está disponível nos Censos Agropecuários de 1975 e 1985, (IBGE). É o cruzamento da informação relativa ao número de estabelecimento e a quantidade de terra por estrato que permite verificar se há concentração ou distribuição das terras em um município e/ou região.

fundiária onde predomina a agricultura familiar, cujos estabelecimentos, por via de regra, se encontram neste estrato de área, cuja mão de obra é a familiar.

Do total de estabelecimentos no estrato de 10 a 50 ha em Orleans, os que estavam na faixa de 10 a menos de 20 e os de 20 a menos de 50 hectares tinham igual representatividade em cada estrato, 35%. Contudo, em Grão-Pará, verificava-se que havia mais estabelecimentos no estrato menor, 10 a menos 20 hectares, representando 43% do total. Esta situação pode estar indicando que ali ocorreu um maior parcelamento das terras com o decorrer do tempo, provavelmente entre os sucessores das famílias originais. (**Tabela 1.4-I**). (**Figuras 1.4-I e 1.4-II**).

Em Orleans, a situação que chama a atenção é a participação de mais de 20% de estabelecimentos com menos de 10 hectares, sendo que a maioria deles está concentrada no estrato de 5 a 10 hectares. Esta situação reforça as informações de campo que apontam o crescimento no número de sítios de lazer que vem ocorrendo naquele município.

É importante destacar que são praticamente inexpressivos os estabelecimentos acima de 100 hectares nos dois municípios. Em Grão-Pará, a participação deles não ultrapassa a 1,8% e, em Orleans, eles representam somente 2,1% do total.

Tabela 1.4-I: Número de estabelecimentos agropecuários, segundo os estratos de área e por abrangência geográfica, 2003

Área de abrangência	Número de estabelecimentos informantes	Menos de 10 ha					De 10 a menos de 100 ha				De 100 a menos de 1000 ha				De 1000 a menos de 10000 ha			
		Total	Menos de 1	1 a menos de 2	2 a menos de 5	5 a menos de 10	Total	10 a menos de 20	20 a menos de 50	50 a menos de 100	Total	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 1000	Total	1000 a menos de 2000	2000 a menos de 5000	5000 a menos de 10000
Santa Catarina	187.061	55.321	821	4.363	17.550	32.587	123.921	59.293	52.721	11.907	7.444	4.292	2.363	789	375	281	81	13
SDR Criciúma	6.915	2.365	13	117	742	1.493	4.452	2.100	1.978	374	97	67	20	10	1	1	-	-
SDR Braço do Norte	4.007	812	4	30	255	523	3.132	1.145	1.579	408	62	53	7	2	1	1	0	0
Grão-Pará	736	96	4	6	25	61	627	232	311	84	13	11	1	1	0	-	-	-
Orleans	1.387	289	1	21	79	188	1.069	485	506	78	29	16	7	6	0	-	-	-

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Levantamento Agropecuário de Santa Catarina, 2002-2003

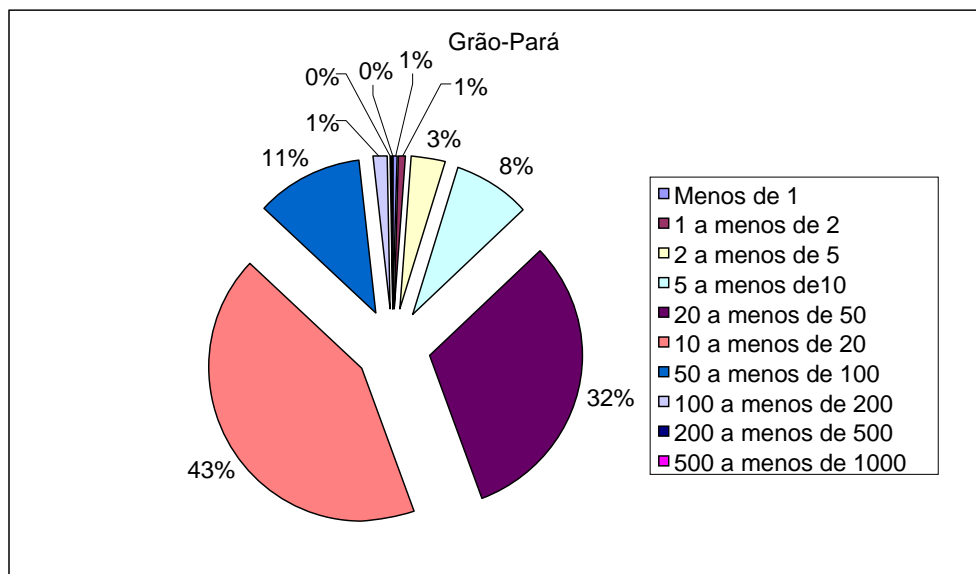


Figura 1.4-I: Estabelecimentos (%) por grupo de área, Grão-Pará, 2003

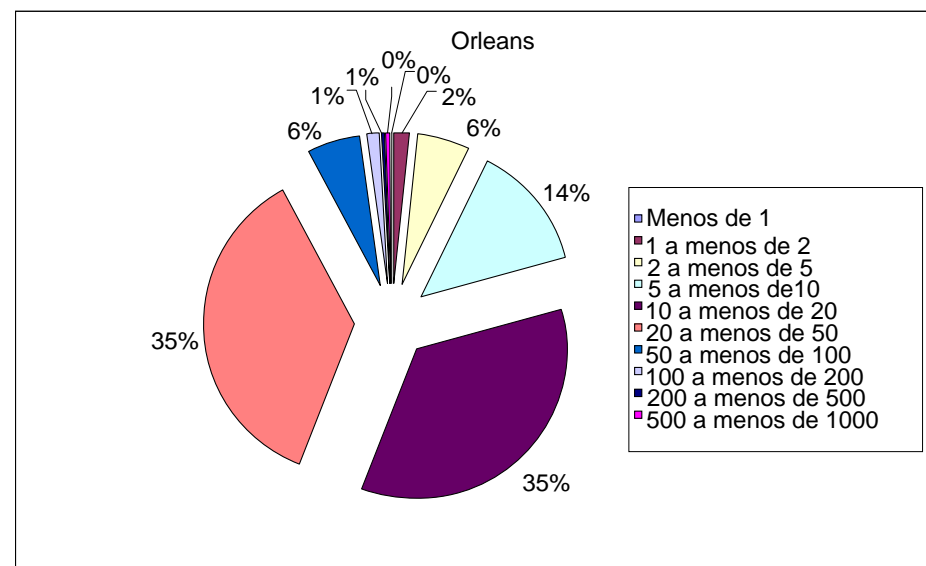


Figura 1.4-II: Estabelecimentos (%) por grupo de área, Orleans, 2003

A ampla predominância de proprietários como detentores da posse da terra nos municípios, bem como da mão de obra ocupada, mantém relações de parentesco com o proprietário do estabelecimento, reforça a característica de se estar diante de uma região baseada na agricultura familiar.

Três são os elementos importantes que caracterizam o segmento da agricultura familiar: a propriedade dos meios de produção, principalmente a terra; a utilização da mão de obra familiar para a realização do trabalho na propriedade; e, por fim, a família é a referência para a tomada de decisão sobre as ações na unidade de produção. Os dados disponíveis corroboram para se afirmar que é predominante tal organização produtiva na região.

Tanto em Grão-Pará como em Orleans verifica-se que a maior parte da área ocupada pelos estabelecimentos pertencia aos próprios produtores em 2003, representando respectivamente 94% e 93%, conforme a **Tabela 1.4-II** e as **Figuras 1.4-III e 1.4-IV**. Ao mesmo tempo, constatava-se naquele ano que 84% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários de Grão-Pará possuíam laços de parentesco com o produtor; e, em Orleans, este percentual era ainda maior, 90%, apontando para a predominância da agricultura familiar.

Tabela 1.4-II: Área total dos estabelecimentos agropecuários, segundo a condição da posse da terra, 2003

Área de abrangência	Nº de estabelecimentos agropecuários informantes	Área total (ha)	Área (ha)				
			Própria com título de posse	Própria sem título de posse	Arrendada	Em parceria	Ocupada
Grão-Pará	736	20.971,8	19.628,4	784,4	480,0	49,0	30,0
Orleans	1.387	35.637,1	33.198,0	987,4	647,8	435,3	368,6

FONTE: Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Levantamento Agropecuário de Santa Catarina, 2002-2003.

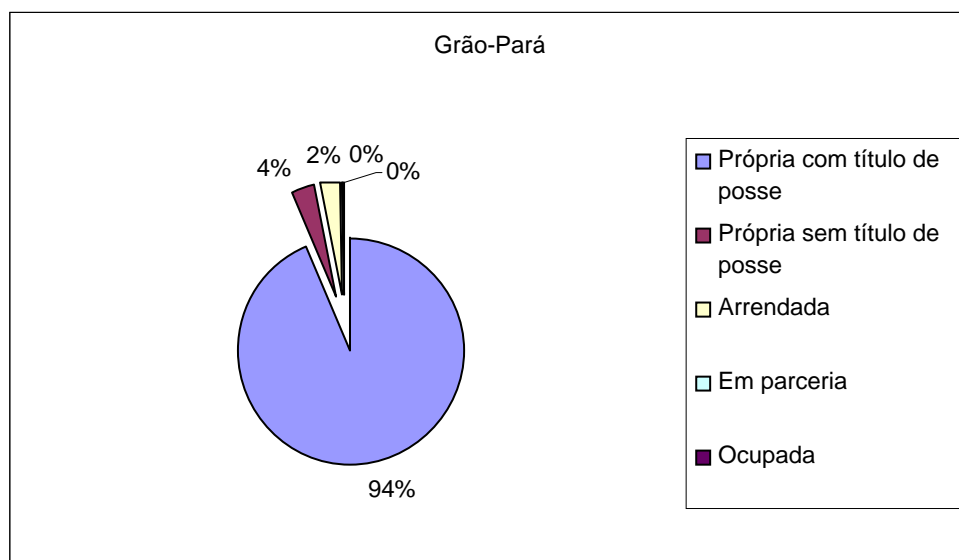


Figura 1.4-III: Área (%) segundo a condição da posse da terra, Grão-Pará, 2003

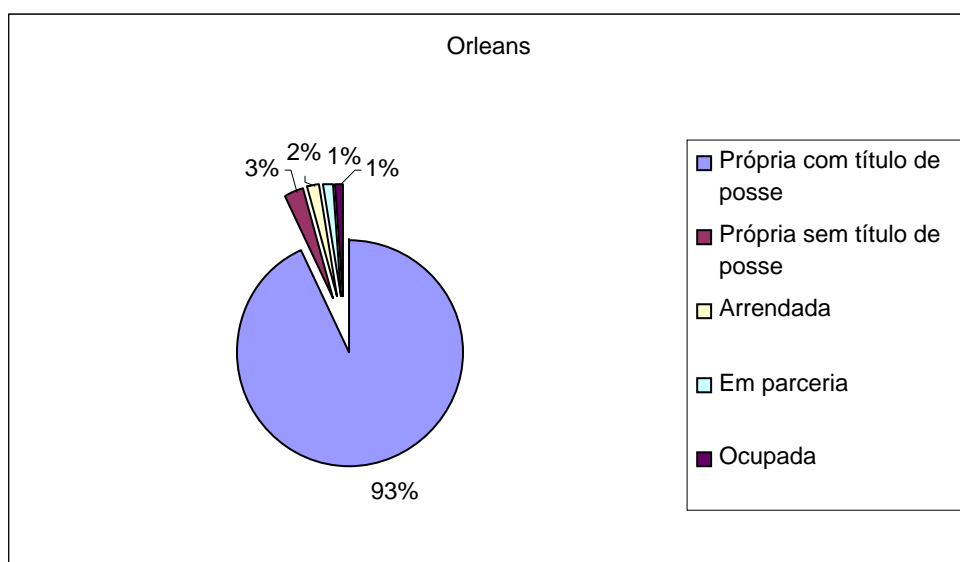


Figura 1.4-IV: Área (%) segundo a condição da posse da terra, Orleans, 2003

Tabela 1.4-III: Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, segundo laços de parentesco, 2006

Área de abrangência	Total de estabelecimentos	Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários				
		Total	Com laços de parentesco com o produtor		Empregados contratados sem laços de parentesco com o produtor	
			Estabelecimentos	Total	Estabelecimentos	Total
SC	194 533	567 526	194 533	494 251	23 901	73 275
Grão-Pará	843	2 860	843	2 412	215	448
Orleans	1 651	4 582	1 651	4 111	242	471

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006 (Dados Preliminares).

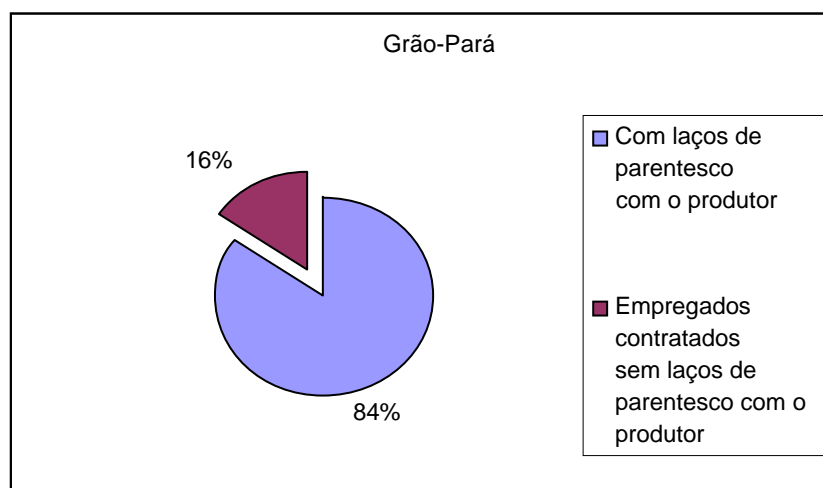


Figura 1.4-V: Pessoal ocupado (%) segundo laços de parentesco, Grão-Pará, 2006

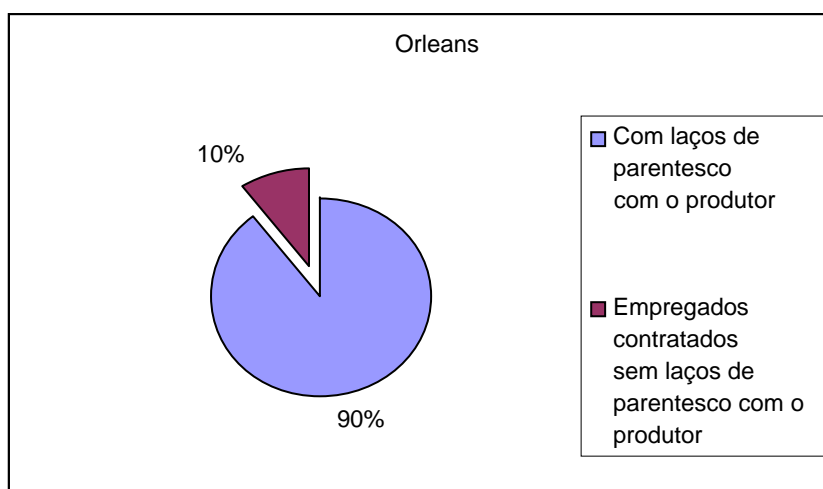


Figura 1.4-VI: Pessoal ocupado (%) segundo laços de parentesco, Orleans, 2006

4.1.1 Utilização das terras

Diante das características topográficas da região onde se localiza o Parque Estadual da Serra Furada, as condições de utilização das terras apontam tanto para atividades produtivas como não produtivas. Neste sentido, o que se constata é que a maior parte das terras dos estabelecimentos agropecuários em 2003, segundo os dados dos LAC (2003), não estava destinada à produção agropecuária diretamente, mas, sim, ocupada com matas.

No LAC, as terras com matas englobam as com mata nativa, mata plantada e as com capoeira. Em Grão-Pará, o total das terras utilizadas por matas chegava a 43%. Deste total, as matas nativas representavam mais de metade (57%), seguidas das plantadas (30%) e das capoeiras (13%). Em Orleans, a situação é bastante semelhante, uma vez que as terras com matas e utilizadas representavam 39% do total das terras dos estabelecimentos em 2003, predominando as matas nativas (55%), seguidas das plantadas (29%) e das com capoeira (16%).

O segundo grupo de utilização das terras em 2003 era para pastagens. Em Grão-Pará, elas representavam 33% do total da área utilizada por 28% dos estabelecimentos em Orleans. Entretanto, observa-se uma situação distinta com relação ao tipo de pastagem, que é mais representativa em cada município. Enquanto em Grão-Pará a maior parte dos estabelecimentos tem pastagens nativas, em Orleans o que predomina são as pastagens plantadas.

Outro grupo de utilização das terras são as lavouras que, em Orleans, representavam 25% do total das terras utilizadas e, em Grão-Pará, 18% em 2003. Dentre as terras com lavouras, as que predominam são as temporárias. Em Grão-Pará, elas representam mais de 82% das terras utilizadas com lavouras e, em Orleans, 60%. Diferente de Grão-Pará, em Orleans se observa uma participação maior das terras utilizadas com lavouras permanentes. Segundo informações municipais o que vem ocorrendo é o incremento da fruticultura, o que justifica a situação identificada.

Um fenômeno observado durante a pesquisa de campo é que, em virtude do êxodo rural, antigas propriedades familiares estão sendo convertidas em sítios para lazer, principalmente ao Sul da UC.

Tabela 1.4-IV: Área total dos estabelecimentos agropecuários, segundo a utilização da terra, 2003.

Área de abrangência	Nº de estabelecimentos agropecuários informantes	Área total (ha)	Área (ha)								
			Lavouras temporárias	Lavouras permanentes	Lavouras em descanso	Pastagens nativas	Pastagens plantadas	Capoeiras (até 6 anos)	Matas naturais	Matas plantadas	Outras
Santa Catarina	187.061	5.957.514,9	1.399.165,1	184.691,3	83.912,4	1.564.529,5	479.851,7	359.894,7	1.136.353,5	427.044,6	322.072,1
Orleans	1.387	35.637,1	5.273,1	3.099,5	385,6	2.743,1	7.309,8	2.183,0	7.583,9	3.991,5	3.067,6
Grão-Pará	736	20.971,8	3.139,3	641,1	40,1	4.250,8	2.754,5	1.233,8	5.123,8	2.708,2	1.080,1

FONTE: Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Levantamento Agropecuário de Santa Catarina, 2002-2003.

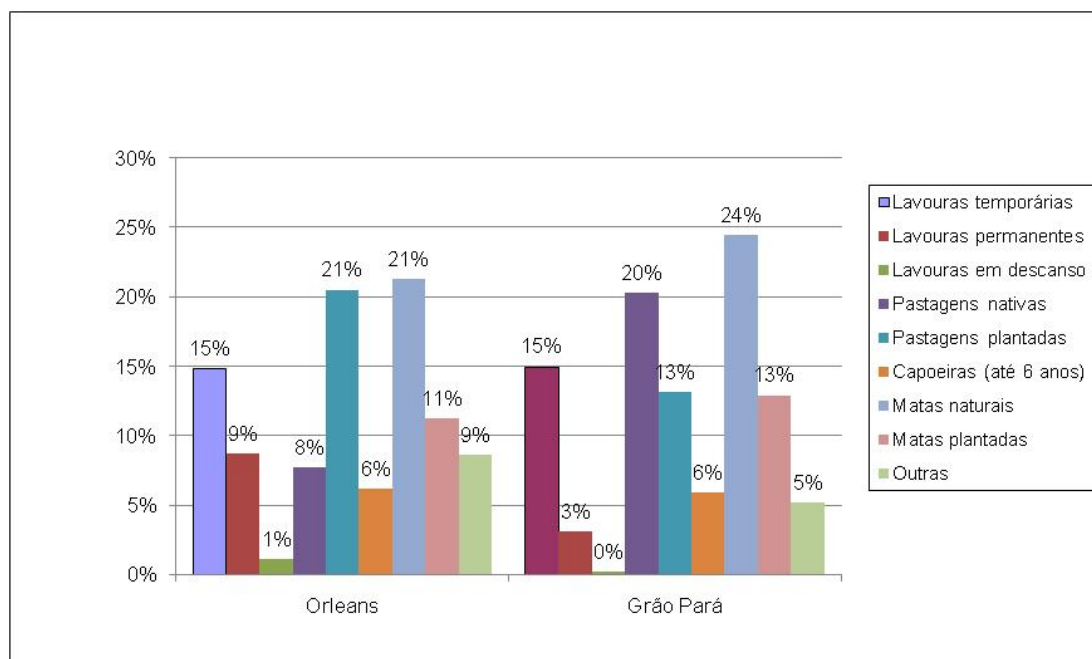


Figura 1.4-VII: Área (%) segundo utilização da terra, 2003

Dentre as lavouras temporárias mais importantes está a do fumo, que é cultivado e comercializado no sistema de integração predominante no setor fumageiro.

Os dados mais recentes evidenciam que a região vem tendo um comportamento diferente daquele do conjunto do estado de Santa Catarina. Segundo os dados do IBGE de produção agrícola municipal, no período de 2000 a 2007, Santa Catarina teve um incremento de 27% no total da área plantada com fumo, bem como um incremento na quantidade produzida acima de 32%.

O município de Grão-Pará também teve um crescimento de 13% em termos de área plantada, porém ficou abaixo da média estadual. De outro lado, no município de Orleans, o que se verificou foi uma redução de 5% na quantidade de área plantada. Porém, o que se verificou como mais expressivo no período analisado foi a queda na quantidade produzida nos dois municípios, sendo que, em Orleans, esta redução chegou a quase 23% e, em Grão-Pará, a redução foi de cerca de 5%.

Tabela 1.4-V: Produção de fumo, 2000 – 2007

Área de Abrangência	Área plantada (Hectare)		Variação (%) entre 2000-2007	Quantidade produzida (Tonelada)		Variação (%) entre 2000-2007
	2000	2007		2000	2007	
Santa Catarina	96.117	121.969	26.9%	188.327	249.015	32.2%
Grão-Pará	1,417	1,606	13.3%	2,878	2,743	-4.7%
Orleans	2,790	2,642	-5.3%	5,705	4,402	-22.8%

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Embora tais reduções não signifiquem que os municípios deixarão de produzir fumo, pois, segundo análises recentes do ICEPA (2009), a produção de fumo tem apresentado oscilações no que tange à produção e à produtividade, particularmente no estado de Santa Catarina, vale dizer que a produção de fumo se concentra na região sul, representando cerca de 95% do total nacional, e Santa Catarina é segundo produtor nacional.

A produção de fumo é realizada com base no sistema de integração, onde a indústria, através de contrato com os produtores, controla quase totalmente o processo produtivo e a quantidade produzida. Embora se verifiquem oscilações na produção nas últimas décadas, o setor fumageiro tem expressiva importância econômica e social em Santa Catarina. Estima-se que dos cerca de 200 mil produtores rurais catarinenses, 47 mil (24%) produzem fumo e têm nesta atividade uma das principais fontes de renda familiar. Esta situação se deve ao fato de que a renda bruta de 1 hectare de fumo pode atingir até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), enquanto a mesma área com milho e/ou feijão chega no máximo a R\$ 600,00 (seiscentos reais). (ICEPA, 2009)

Na região, como em todo o estado, a fumicultura é uma atividade desenvolvida quase que exclusivamente em pequenas propriedades por agricultores familiares, sendo a maioria delas com menos de 20 hectares. Além disso, cabe destacar que a maior parte dos estabelecimentos dispõe de dois fatores importantes para a produção do fumo, os quais dispensam desembolso direto do agricultor: a mão de obra, que é familiar, e a lenha para o processo de secagem nas estufas.

Com relação à produção de origem animal, o que se evidenciou no período de 2000 a 2007 foi o crescimento da produção leiteira. Como já se destacou anteriormente, tem havido o estímulo para que os agricultores utilizem o sistema rotativo de pastagem, por meio do método PRV – Pastoreio Racional Voisin. Assim, como em todo o estado de Santa Catarina, houve um aumento na quantidade de leite produzida nos dois municípios, sendo mais significativo o aumento em Grão-Pará, 176%, praticamente

duplicando a produção. A maior parte da comercialização da produção leiteira é feita regionalmente, com pequenos laticínios localizados nos municípios de Braço do Norte, São Bonifácio e Siderópolis.

Também em Grão-Pará se verificou o incremento na produção de mel de abelhas, enquanto em Orleans o mais significativo foi o incremento de 301% na produção de ovos entre 2000 e 2007.

Tabela 1.4-VI: Produção de origem animal dos estabelecimentos agropecuário, 2000 – 2007

Área de abrangência	Produção de origem animal dos estabelecimentos agropecuários					
	Leite de vaca		Mel de abelha		Ovos de galinha	
	Quantidade (1 000 l)		Quantidade (Kg)		Quantidade (1 000 dúzias)	
	2000	2007	2000	2007	2000	2007
Santa Catarina	1.003.098	1.865.568	3.983.695	3.470.963	136.059	203.673
Braço do Norte	31.046	69.620	45.110	66.912	12705	23334
Criciúma	22.443	25.603	793.245	195.298	4153	13277
Grão-Pará	3.469	9.576	8.130	18.000	499	994
Orleans	4.813	6.771	69.745	60.000	1.688	6.770

Fonte: IBGE/ PPM – Pesquisa da Pecuária Municipal 2006.

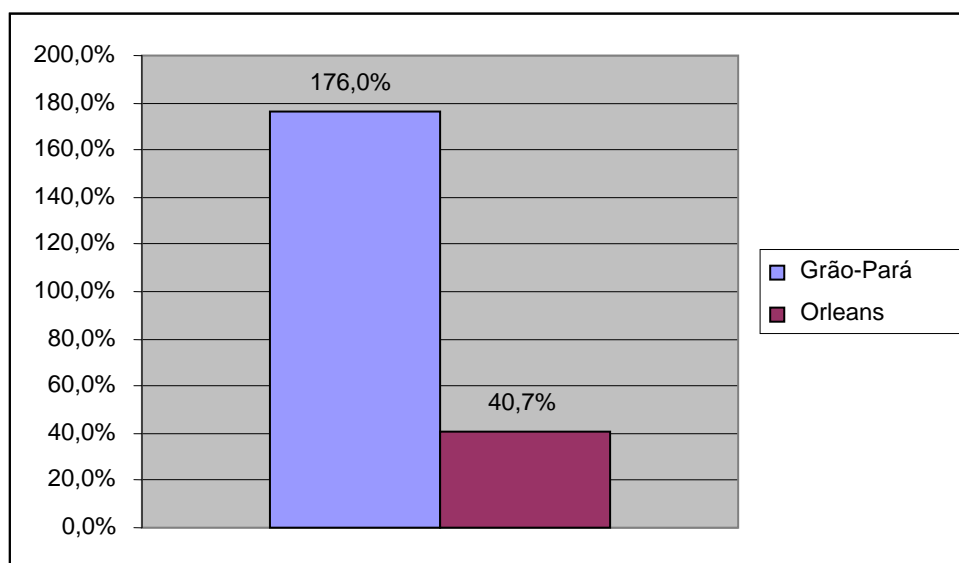


Figura 1.4-VIII: Variação percentual da produção de leite de vaca entre 2000-2007

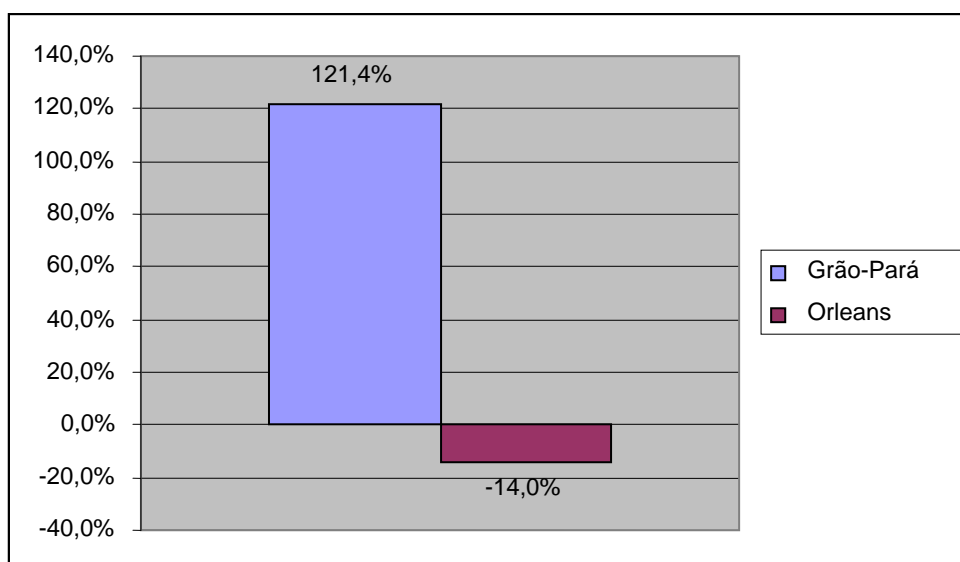


Figura 1.4-IX: Variação percentual da produção de mel entre 2000-2007

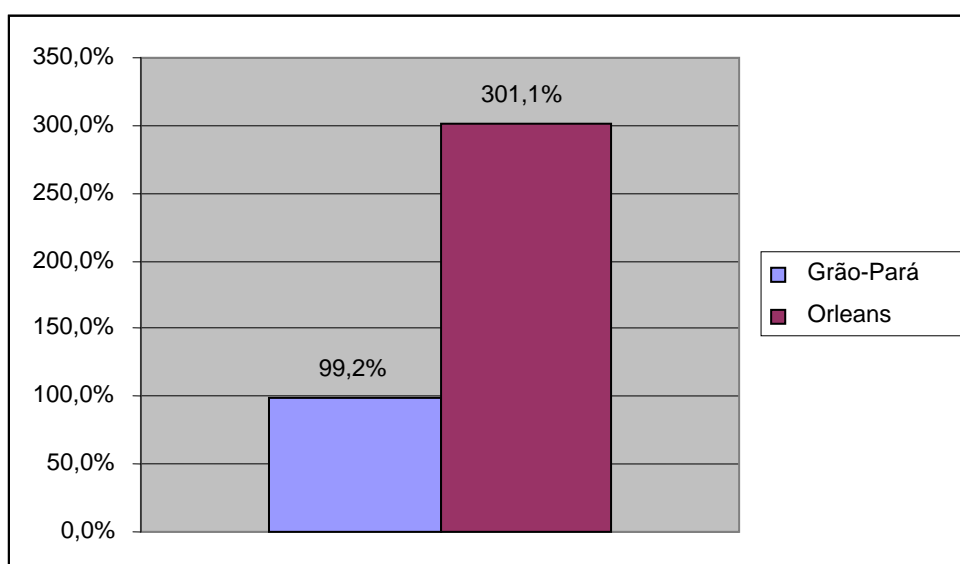


Figura 1.4-X: Variação percentual da produção de ovos de galinha entre 2000-2007

Segundo os interlocutores e as observações realizadas em campo, a silvicultura está presente em praticamente todas as propriedades que compõem o espaço rural de Grão-Pará e Orleans. Observa-se a diminuição do plantio de pinus em detrimento do aumento do cultivo do eucalipto, este, em geral, utilizado como matriz energética na cadeia produtiva do fumo.

Os estudos realizados revelam o fortalecimento do setor florestal contribuiu para a regeneração da mata nativa nos limites do Parque Estadual da Serra Furada.

As **Figuras 1.4-XI e 1.4-XII** e a **Tabela 1.4-VII** demonstram que houve aumento na produção de lenha entre 2000 e 2006 em Grão-Pará e Orleans. Já em relação à produção de madeira em tora, enquanto Grão-Pará registrou um decréscimo de -34% neste período, em Orleans houve um crescimento de 44,2 (**Tabela 1.4-VII**). Não existem dados sobre a produção de carvão vegetal em Orleans, no entanto, a produção deste produto florestal aumentou em Grão-Pará: 21,6%.

Tabela 1.4-VII: Quantidade produzida na silvicultura, 2000-2006

Área de abrangência	Lenha (Metro Cúbico)		Madeira em Tora (Metro Cúbico)		Carvão Vegetal (Tonelada)	
	2000	2006	2000	2006	2000	2006
Brasil	40.469.405	36.110.455	71.717.511	100.766.899	40.469.405	35.542.255
Santa Catarina	3.856.420	4.958.132	13.202.959	16.317.856	7.409	6.874
Grão-Pará	13.174	30.713	1.632	1.070	218	265
Orleans	44.461	55.807	1.987	2.865	0	0

Fonte: IBGE – Silvicultura.

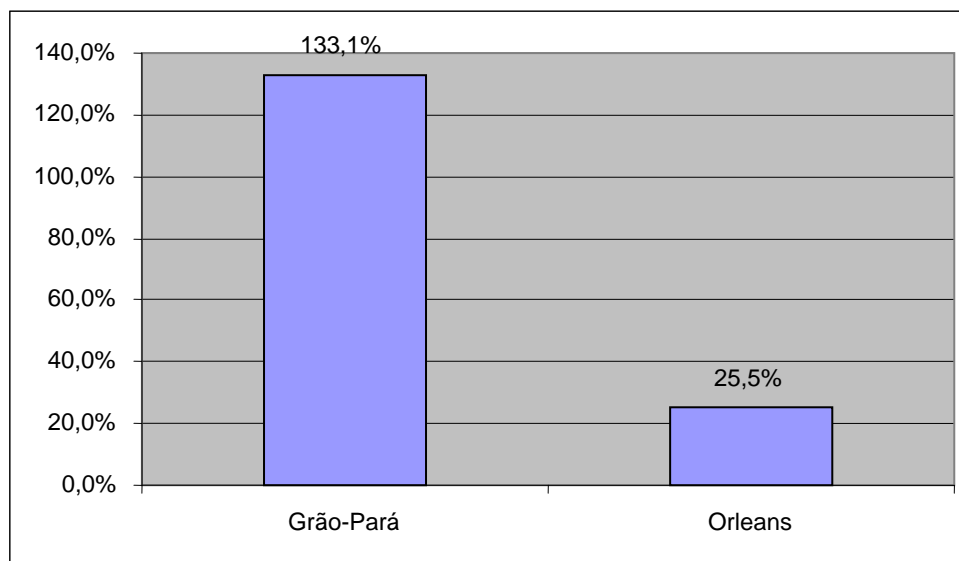


Figura 1.4-XI: Variação (%) da quantidade produzida de Lenha, 2000-2006

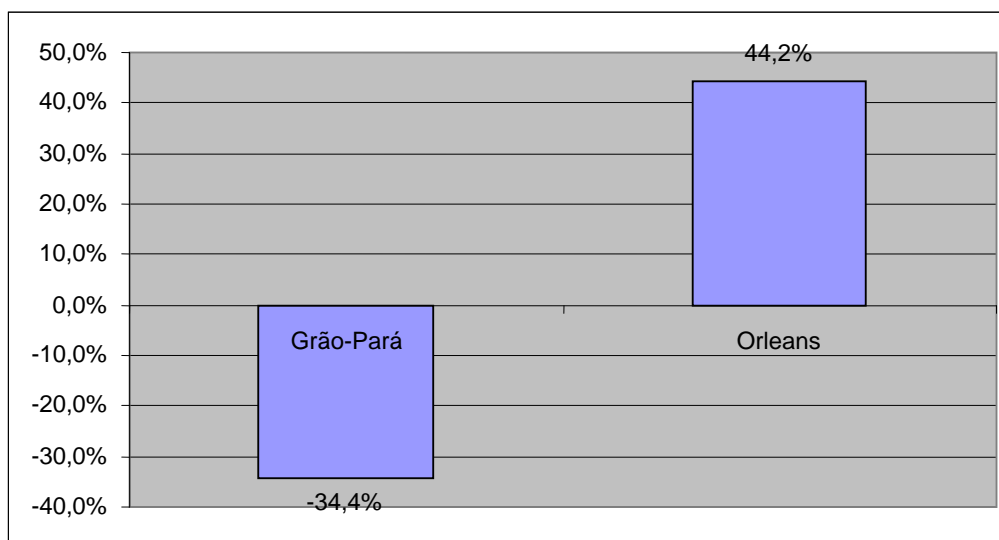


Figura 1.4-XII: Variação (%) da quantidade produzida de Madeira em Tora (m3), 2000-2006

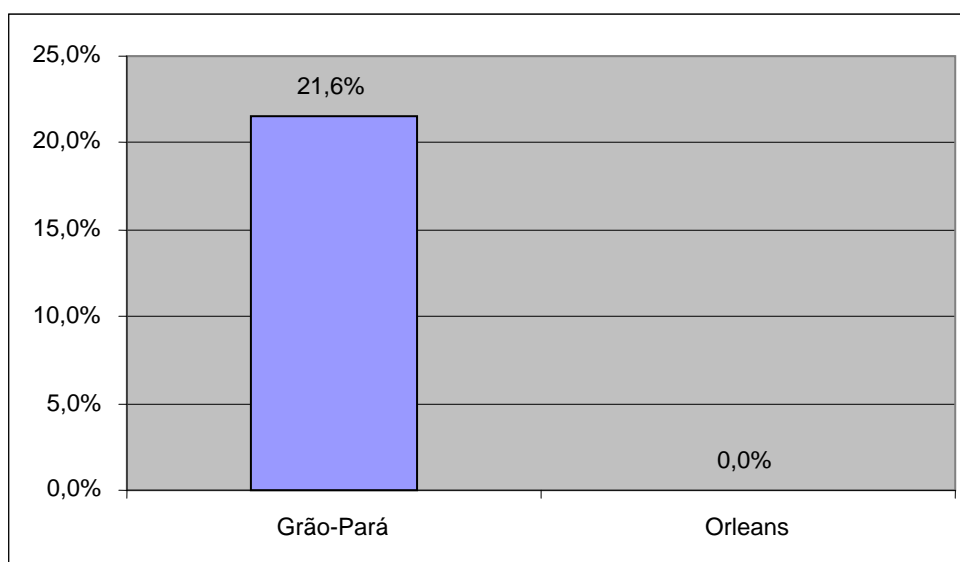


Figura 1.4-XIII: Variação (%) da quantidade produzida de Carvão Vegetal (Tonelada), 2000-2006

Por fim, cabe destacar que há alguns anos houve o propósito de se impulsionar a agricultura orgânica na região, decorrente de um projeto em curso na região da Serra Geral, capitaneado pela Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral - AGRECO. Entretanto, as iniciativas foram pouco frutíferas na região, ocorrendo inclusive a retração por parte de agricultores que haviam aderido ao processo de conversão produtiva.

Um dado relevante é a diminuição no uso de agrotóxicos nos últimos anos. Segundo a percepção dos entrevistados, isso se deve menos a uma mudança de consciência e mais a uma questão da redução de custos de produção.

De outro lado, há que se ter atenção para uma questão manifestada por diferentes interlocutores durante a pesquisa de campo, qual seja o destino das unidades de produção da agricultura familiar. Muitos deles destacam que elas tendem a se tornar inviáveis do ponto de vista produtivo, seja decorrente da falta de emprego de tecnologia agrícola, da crise de setores produtivos (como o fumo, a pecuária e a extração vegetal), como diante da dificuldade dos agricultores em se adaptarem e cumprirem as normas ambientais, como a averbação da reserva legal e de áreas de preservação permanente.

5 CONTRIBUIÇÃO DAS OBSERVAÇÕES DE CAMPO

Na primeira parte deste trabalho, apresentou-se a caracterização socioeconômica atual da região do Parque Estadual da Serra Furada. Para tanto, resgatou-se a história socioambiental da região, entendendo-a como o pano de fundo para as situações que se verificam no presente. Foram também analisados os dados socioeconômicos disponíveis em fontes secundárias, privilegiando-se as fontes oficiais. Complementarmente, foi realizada uma breve pesquisa de campo, no sentido de buscar qualificar as informações apresentadas na caracterização socioeconômica.

A pesquisa de campo foi realizada tomando como principais informantes atores-chave previamente identificados. Para tanto, os representantes dos diferentes segmentos sociais foram priorizados, tanto de instituições governamentais como não governamentais, atuantes nos processos recentes da região. O objetivo desta fase foi

detectar a percepção dos principais atores sociais entrevistados em relação ao Parque, tendo como foco o Plano de Manejo da Unidade de Conservação.

Foram contatados e entrevistados na cidade de Orleans:

- representante regional da EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina;
- representante da FETAESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, entidade de classe que atua junto aos trabalhadores rurais;
- representante da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo de Orleans.

Na cidade de Grão-Pará:

- representante da FETAESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, entidade de classe que atua junto aos trabalhadores rurais;
- representante da Secretaria de Agricultura de Grão-Pará.

No município de Orleans, o Sindicato Patronal Rural também foi contatado. Entretanto, seu representante delegou a entrevista ao representante do Sindicato dos Trabalhadores.

Também foram entrevistados moradores de três comunidades localizadas próximas ao entorno Sul do Parque Estadual da Serra Furada. São elas:

- Serra Furada,
- Chapadão e
- Minador.

Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente. As entrevistas seguiram um roteiro preestabelecido de temas e questões. Todavia, o entrevistador procurou respeitar a lógica de argumentação dos entrevistados, não induzindo respostas e percebendo argumentos cruciais não conhecidos a priori.

5.1 Percepção dos atores locais em relação ao Parque Estadual da Serra Furada

A percepção dos atores locais - comunidade, representantes de órgãos públicos e representantes de entidades - será tratada em conjunto. As informações advindas das entrevistas serão divididas em dois subitens: um relativo às comunidades vizinhas ao Parque; outro aos temas comuns ressaltados pelos interlocutores. Contudo, aferiu-se a existência de opiniões/percepções comuns aos diferentes atores consultados, o que se explica pelo tamanho reduzido da população dos dois municípios e, por implicação, a fácil circulação de informação entre as diferentes tipologias de atores sociais. Entretanto, o que se busca destacar são as questões relevantes para a consolidação do Plano de Manejo.

a) Caracterização e percepção das comunidades vizinhas ao Parque.

As comunidades localizadas no entorno do Parque Estadual da Serra Furada são remanescentes populacionais de antigas comunidades provenientes da imigração polonesa e alemã, que formaram o seu modo de vida na região em torno da produção madeireira e da pecuária, aliadas à pequena produção familiar de subsistência. Através da observação direta, constata-se atualmente um vazio populacional. Na comunidade de Serra Furada, hoje, residem 14 famílias, enquanto

até o ano de 1990 eram aproximadamente 70. A comunidade do Chapadão conta com aproximadamente 40 a 50 famílias, enquanto apenas 4 famílias residem na comunidade de Minador, a menor dentre as três.

No interior das propriedades familiares são executadas outras atividades produtivas destinadas ao consumo da família e/ou à venda na própria localidade, como o cultivo de milho, frutas, hortaliças e a produção de leite.

As famílias de pequenos produtores se encontram em progressiva desestruturação socioeconômica. Neste cenário, a cultura do fumo e, mais recentemente, a produção silvícola, vêm amparando a economia local. Registra-se a forte influência das empresas fumageiras e de reflorestamento com exóticas sobre as propriedades familiares. Observa-se que praticamente todas as propriedades contíguas ao Parque possuem uma estufa de fumo e glebas destinadas ao cultivo de pinus e eucalipto. No passado, as inúmeras madeireiras contavam com os recursos extraídos da mata nativa, mas atualmente elas dependem do reflorestamento, em grande parte realizado nas pequenas propriedades. A silvicultura também representa uma “poupança” futura para as famílias.

Segundo as entrevistas realizadas, constata-se o desconhecimento sobre o Parque Estadual da Serra Furada entre os membros das comunidades contíguas. A maioria dos entrevistados informou não conhecer os limites territoriais da UC, salvo alguns moradores contíguos ao Parque. Isto vem abrindo espaço para especulações infundadas, que vêm gerando medo sobre consequências negativas decorrentes da consolidação do Parque, como inviabilização da produção familiar por implicação das normas ambientais.

Recorrentemente surgem relatos mencionando que as propriedades localizadas no entorno do Parque futuramente se tornarão inviáveis produtivamente. Muitos acreditam que a recente exigência de averbação da reserva legal e áreas de preservação permanente seja uma manobra do Governo para desapropriar as propriedades. A situação é tão séria que algumas famílias venderam suas propriedades, principalmente para empresas de reflorestamento, a fim de evitar problemas futuros com o Parque e os órgãos ambientais. Constata-se que a existência de informações truncadas sobre o Parque e a Legislação Ambiental vem precipitando uma tendência de êxodo, que se reflete na redução do contingente populacional localizado no entorno do Parque.

Durante a realização das entrevistas, recorrentemente os entrevistados se queixaram da atuação dos órgãos de fiscalização ambiental, sobretudo a FATMA, uma vez que, segundo os entrevistados, esta instituição “só aparece para multar”, ou seja, seu trabalho é repressivo e não educativo.

Alguns entrevistados relataram já terem sido autuados por algum órgão ambiental ou, mesmo, conhecer quem já tenha sido. Segundo eles, estas autuações foram frutos do desconhecimento acerca das especificidades da legislação ambiental. Alegam não possuir clareza do que pode e não pode ser feito dentro de suas próprias propriedades.

Entretanto, sabe-se que muitos produtores utilizam este argumento - seu suposto desconhecimento sobre a legislação ambiental - em benefício próprio. Contudo, deve-se ressaltar que, mesmo entre os representantes de instituições governamentais, o conhecimento sobre a legislação ambiental é incipiente. Além disso, a insuficiência das ações voltadas à educação ambiental dirigida ao

entendimento da legislação é um problema que afeta os produtores rurais em todo o estado de Santa Catarina.

b) Considerações gerais sobre as entrevistas

Como já mencionado anteriormente, um ponto comum entre as categorias de entrevistados é o desconhecimento da existência e/ou dos limites do Parque. Em geral, nem mesmo os representantes de instituições governamentais e não governamentais do local e mesmo as regionais conhecem os limites físicos do Parque, as finalidades, o órgão gestor ou a legislação pertinente. Isto pode representar uma ameaça à conservação da Unidade.

Constatou-se a inexistência de programas de educação ambiental nos municípios de Orleans e Grão-Pará, exceto por algumas atividades que acontecem esporadicamente nas escolas.

Em relação à pressão sobre os recursos naturais, o conjunto das entrevistas revela que a caça diminuiu sensivelmente na última década. Isso se explica pela fiscalização realizada pelos órgãos ambientais e pelo desinteresse das novas gerações por esta atividade. Segundo os entrevistados, já é possível notar o aumento no número de animais silvestres na região, como o cateto, o tatu e o leão-baio.

Além disso, os relatos informam que, em comparação ao passado recente, atualmente existe mais água na região. Na opinião dos próprios interlocutores, isto é o resultado da diminuição do desmatamento.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASSEMIRO, E., et al. **O passivo ambiental da região carbonífera do Sul de Santa Catarina**. XXIV Encontro Nac. de Eng. de Produção. Florianópolis, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em março de 2009.

_____. **Agropecuário (Dados Preliminares)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Censo Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

_____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

_____. **Cidades**, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasil: PNUD, 2003

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Aspecto da produção de fumo em Santa Catarina**. Agroindicadores. Disponível em: http://cepa.epagri.sc.gov.br/agroindicadores/opinioao/analise_fumo.htm. Acessado em janeiro de 2009.

_____. **Avaliação do valor bruto da produção agropecuária nas microrregiões geográficas de Santa Catarina**. Florianópolis: ICEPA, 2001.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Levantamento Agropecuário de Santa Catarina**. Florianópolis: ICEPA, 2005